



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A
IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA**

JANAINA DELFINO PEREIRA GUILHERME

ORIENTADORA: RAQUEL SOARES DE SANTANA

BRASÍLIA / 2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



JANAINA DELFINO PEREIRA GUILHERME

**CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A
IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, do Departamento Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UAB/UnB.

Orientador (a): Raquel Soares de Santana.

BRASÍLIA / 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

JANAINA DELFINO PEREIRA GUILHERME

CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

NOME DO ORIENTADOR: Raquel Soares de Santana

NOME DO EXAMINADOR: Juliana Eugênia Caixeta

NOME DO ALUNO: Janaina Delfino Pereira Guilherme

BRASÍLIA / 2011

AGRADECIMENTOS

Aos colaboradores que participaram desta caminhada, sempre interessados em contribuir com suas experiências e conhecimentos, motivados pelo desejo de ampliarem as discussões do assunto, fornecendo condições para a construção e qualidade da pesquisa. A estes, meu agradecimento com imenso carinho.

Aos meus colegas de curso, pelos ricos momentos de trocas que me proporcionaram, muito obrigada.

Às tutoras Edna e Vasti, sempre atenciosas e prontas a ajudar quando precisei delas.

A minha amada orientadora Raquel, por ter acreditado no meu projeto. Pelo entusiasmo em trilhar este caminho comigo, me ajudando a superar minhas limitações. Sempre disposta a dividir a sua imensa sabedoria utilizando-se de palavras doces e coerentes. Pela paciência em acolher minhas dúvidas, incertezas e angústias. Pela grandeza de sua contribuição não só para a concretização deste trabalho, mas também, para a minha vida pessoal e profissional. À você, minha especial admiração e gratidão.

Sobretudo, agradeço à Deus, por ter me dado força e sabedoria para concluir mais esta jornada. Pela certeza de que até aqui me ajudou o Senhor.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha família, em especial, ao meu amado marido Carlo, por ser meu fiel companheiro e compreender os momentos de ausência pela realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar como as concepções dos personagens envolvidos no processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down pode influenciar no desenvolvimento da mesma, assim como verificar de que forma ocorre o diálogo entre escola e família em prol do desenvolvimento da aluna. Nesta pesquisa qualitativa, foram utilizados, para coleta de dados, instrumentos como: entrevista semi-estruturada, dinâmica conversacional, questionários e observações na sala de aula. Os colaboradores são: família (mãe), professora regente, professora especialista e pedagoga. Na busca pelas respostas aos objetivos da pesquisa, foi feita a triangulação dos dados e construídas as categorias que nortearam as discussões. Através das análises, inferiu-se que a família possui um olhar otimista com relação ao desenvolvimento da filha, sendo este fato percebido como crucial para o avanço observado na criança. Verificou-se que o diálogo entre escola e família ocorre de forma satisfatória em prol do desenvolvimento da criança. Percebeu-se, também, que existem lacunas a serem assumidas pelos agentes responsáveis, para que inclusão ocorra de forma legítima nesta escola. Concluímos com ponderações que possam atenuar as lacunas encontradas, assim como, considerações acerca da necessidade de estudos que fomentem e ampliem as discussões sobre este tema.

Palavras-chave: inclusão; síndrome de Down; diálogo escola / família; formação de professor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INCLUSÃO	13
3	
1.1 - BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	13
1.2.1 - Ponto de Vista Legal.....	16
1.2 - CONHECENDO A VIDA DE JOANA.....	17
1.2.1 - Surgimento de um novo Paradigma de Desenvolvimento para a Pessoa com Síndrome de Down.....	20
1.3 - INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA.....	23
1.4 - INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES UMA RELAÇÃO BILATERAL.....	25
II – OBJETIVOS	28
OBJETIVO GERAL.....	28
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
III – METODOLOGIA	29
3.1 - FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA.....	29
3.2 - CONTEXTO DA PESQUISA.....	30
3.3 - PARTICIPANTES.....	32
3.4 - MATERIAIS.....	33
3.5 - INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	33
3.6 - PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	35
3.7 - PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	37
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 - OS DIFERENTES OLHARES ACERCA DA INCLUSÃO DE JOANA.....	40
4.1.1 - A percepção de barreiras ao processo de inclusão escolar: Preconceito ou falta de informação.....	40
4.1.2 - Ideias acerca das possibilidades de desenvolvimento de Joana.....	42
4.2 - DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA.....	45
4.2.1 - A percepção da importância da interação escola/família no processo de desenvolvimento da criança.....	45
4.2.2 - Concepções acerca da qualidade de interação escola/família.....	46
4.2.3 - Constância, Frequência e tempo: elementos que qualificam um diálogo.....	48
4.2.4 - O diálogo na perspectiva da parceria em prol do desenvolvimento do aluno.....	50
4.3 - A PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAR EM UMA ESCOLA INCLUSIVA.....	52
4.4 - CONCRETIZAÇÃO DA INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REALIDADE UTOPIA.....	54
4.4.1 - Concepções acerca da melhor forma de atender a criança deficiente na escola.....	54
4.4.2 - Inclusão: Realidade ou Utopia/Fatores que desfavorecem o processo de inclusão escolar..	55

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXOS.....	71
A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)	
D – Questionário Individual (Modelo)	
E – Entrevista Semiestruturada – (Modelo)	

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Período de Construção do Conhecimento.....	37
Gráfico 1: Os olhares acerca da inclusão de Joana.....	39
Gráfico 2: Preconceito ao deficiente na escola.....	40
Gráfico 3: O olhar acerca das possibilidades de Joana.....	42
Gráfico 4: Participação dos pais e diálogo entre escola/família.....	45
Gráfico 5: Concretização da inclusão escolar.....	54

APRESENTAÇÃO

Atualmente, as escolas de ensino regular que adotaram atuar em uma perspectiva inclusiva vêm enfrentando inúmeras barreiras para legitimar a inclusão no contexto escolar, pois o paradigma da exclusão ainda é muito presente neste ambiente.

Sabemos que a inclusão requer uma transformação das práticas e um olhar sensível para a aceitação de um novo público: as pessoas com deficiência, que têm aumentado consideravelmente a sua presença no contexto escolar. Assim, é preciso que haja investimentos tanto no aspecto didático, na construção de projetos, assim como incentivos para qualificação de recursos humanos, ambos no intuito de fortalecer e legitimar o novo paradigma que está nascendo: o da inclusão escolar.

Atualmente, a perspectiva inclusiva na área educacional, geralmente se mostra restrita à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino. Mas, sabe-se que a inclusão não restringe a este único aspecto. Esta perspectiva tem um sentido mais amplo. Ela é voltada para a inserção de todos os alunos na escola, independente de sua origem socioeconômica ou cultural, deficiência, talento, raça e gênero (SANTANA, 2010, p. 31).

Outro fator fundamental para o sucesso da inclusão escolar é o acolhimento da família, compartilhando com os pais suas angústias e medos, conquistando assim sua confiança, para que a escola possa desenvolver uma parceria com a família, objetivando aumentar as possibilidades de desenvolvimento da criança. A forma como a escola e a família veem estas crianças poderá causar benefícios ou malefícios à evolução da mesma, pois este é o elemento mais importante na evolução da criança como um todo.

Desta forma é possível perceber que conhecer as angústias dos pais e suas experiências, assim como as práticas da escola e da família, que podem contribuir ou prejudicar no processo de inclusão da criança especial, possibilitará o aprimoramento das práticas realizadas e, conseqüentemente, contribuirá para melhores condições de acesso e permanência na escola para todos.

A presente pesquisa é fruto de um desejo de aprofundar os conhecimentos acerca da inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) nas escolas regulares de ensino.

No ano de 2008 realizei uma pesquisa sobre a inclusão de uma criança com deficiência múltipla no cotidiano escolar na UMEI em que trabalho. O ponto chave da pesquisa era analisar como de fato estava ocorrendo a inclusão nas escolas, como também de que forma a família estava enxergando esse processo. No decorrer do estudo pude dialogar com a família, trocar ideias, incentivá-la e, em muitas vezes, confortá-la. A riqueza da pesquisa possibilitou-me aprimorar consideravelmente a prática docente.

Na experiência anteriormente citada, além da condição clínica da aluna pesquisada, havia o grande agravante da descrença da família no desenvolvimento da criança, criticando a mãe por insistir em levar a mesma para a escola. Fato este que se opõe ao caso de estudo não só pela parte clínica da criança, como também pelo interesse e participação da família no contexto escolar, acreditando no desenvolvimento da criança. A influência das concepções dos personagens envolvidos no processo de inclusão no desenvolvimento da criança, assim como também quais foram os pontos positivos e negativos evidenciados por estes na inclusão da criança com Síndrome de Down compõem o foco da análise.

A partir destas ponderações, o presente estudo tem como objetivo observar como ocorre na prática a inclusão de Joana (criança com Síndrome de Down estudada) no ambiente escolar, como também a participação da família neste processo, analisando como a escola assumiu o acolhimento da criança, juntamente com as oportunidades de desenvolvimento oferecidas à mesma. Através desta investigação os conhecimentos acerca da inclusão poderão ser ampliados, tornando o espaço escolar acessível e de qualidade para todos.

O questionamento que norteia o presente estudo está focado no seguinte ponto: “Qual a concepção dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão da Joana acerca de suas possibilidades de desenvolvimento e como ocorre o diálogo entre família e escola?”.

Com a intenção de responder tal questão, supomos que podem existir diversos obstáculos para que ocorra de fato a inclusão no espaço escolar de crianças que não atendam aos padrões estabelecidos e enaltecidos pela nossa sociedade, sendo necessário então defrontá-los.

A realização deste estudo foi permeada pelos princípios da metodologia de pesquisa exploratória, cuja finalidade é promover maior proximidade com o objeto, tendo como interesse primordial o aperfeiçoamento de concepções, assim como o surgimento de novas ideias.

A pesquisa foi construída através de um estudo de caso, na qual foram utilizadas estratégias de coletas de dados que possibilitaram ampliar o conhecimento acerca do tema abordado. Para tal, foram realizados questionários e entrevistas, realizadas com os

personagens que fazem parte do contexto a ser pesquisado. No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de que ele mesmo tenha tido uma experiência direta com a situação de estudo, pois “[...] somente com essa imersão na realidade é que se pode entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado” (GIL, 2002, p.53).

Buscando facilitar a compreensão do tema, a pesquisa foi organizada em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo, são apresentadas as concepções acerca da inclusão na historicidade, bem como a legislação vigente. No segundo capítulo, apresenta-se a história de vida de Joana, que é o foco do estudo. Será explorada também nesta seção a importância do diálogo entre escola e família para o sucesso do processo inclusivo. Já o terceiro capítulo terá foco na importância da qualificação dos professores para atuar em uma perspectiva inclusiva.

I - INCLUSÃO

1.1 – Breve perspectiva histórica

Na historicidade do atendimento educacional aos educandos com necessidades educativas especiais (NEE's), percebe-se como ocorreu o relacionamento destes com a sociedade nos diferentes contextos da história. Na Idade Antiga, eles não eram percebidos como humanos, sendo a definição das diferenças individuais não entendida ou aceita nesta época. Coexistentemente, a falta de conhecimento sobre as deficiências contribuiu para que essas pessoas fossem marginalizadas na sociedade, como também banidas.

Fosse por necessidade de sobrevivência e superstição, algumas tribos ignoravam, assassinavam ou abandonavam as crianças, adultos e velhos com deficiências e doenças. A vida nômade lhes obrigava a esta atitude. Outras tribos acreditavam em feitiçaria, maus e bons espíritos e por respeito e/ou medo não atentavam contra seus diferentes (CARMO, 1991 apud RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

Nesta época prevalecia a filosofia da eugenia, e as pessoas excepcionais, consideradas degeneração da raça humana, deveriam ser “expostas” ou eliminadas pelo grande transtorno que representavam para a sociedade (RIBEIRO, 2003, p. 42).

Na era medieval deu-se o fortalecimento da Igreja Católica. De acordo com Rechineli, Porto e Moreira (2008), no decorrer deste período as pessoas com deficiências deixaram de ser exterminadas, passando a ser excluídas do convívio social.

Na Idade Média, a deficiência era concebida como um fenômeno metafísico e espiritual devido à influência da Igreja, à deficiência era atribuído um caráter ou “divino” ou “demoníaco” e esta concepção, de certa forma, conduzia o modo de tratamento das pessoas deficientes. Com a influência da doutrina cristã, os deficientes começaram a ser vistos como possuindo uma alma e, portanto, eram filhos de Deus. Desta forma, não eram mais abandonados, mas, sim, acolhidos por instituições de caridade (SILVA e DESSEN, 2001, p. 133).

Há uma ambivalência nesse comportamento de uma sociedade que acredita explicar como ligadas à “expição de pecados” as causas dos problemas dos excepcionais, por isso, estes merecem castigos e devem viver confinados.

Desse período constam relatos de torturas e promiscuidade, da crueldade da inquisição, da qual muitas pessoas diferentes do que era considerado normal foram vítimas por conta de concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas (RIBEIRO, 2003, p. 42).

A partir do ingresso na Idade Moderna percebeu-se uma maior valorização do ser humano pela influência das filosofias humanísticas, principiando as investigações sobre as deficiências do ponto de vista da medicina. Avançaram as pesquisas e os ensaios acerca da problemática das deficiências imbricadas à hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia, etiologia, caracterização de quadros típicos e distorções anatômicas (RIBEIRO, 2003, p. 42).

A história da Educação Especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditavam nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis (MENDES, 2006, p. 387).

Em meados do século XX, Mendes (2002) relata que foi possível observar uma postura mais forte da sociedade no que tange às dificuldades defrontadas pelos indivíduos com NEE's. Analisando este cenário, Mendes (2002) explora a relevância da luta pelos direitos humanos, contribuindo para o processo de democratização existente neste período, que adquiriu força na década de 60, denunciando as consequências da segregação de pessoas, cooperando para fortificar a ideia da integração que começou a se expandir. Nesta época, também foi apresentada a base para a filosofia da normalização e integração escolar que passou a ser percebida a partir dos anos 70.

O pressuposto da normalização era possibilitar aos educandos com NEE's oportunidades de vivências semelhantes, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que vive (RIBEIRO, 2003). No entanto, Mendes (2006, p. 388) relata que o interesse oculto pela expansão da integração se deu por questões econômicas e “a partir da década de 1960, passou a ser também conveniente adotar a ideologia da integração pela economia que elas representariam para os cofres públicos”. Comenta ainda que “em algumas comunidades as políticas oficiais de integração escolar resultaram, na maioria das vezes, em práticas quase permanentes de segregação total ou parcial” (MENDES, 2006, p. 391).

Desta forma, o movimento de integração foi alvo de inúmeras críticas. Dentre os fatores para esta rejeição, Machado (2002, p. 20) relata que “os alunos com necessidades educativas especiais teriam que se adaptar para poderem ser inseridos na escola regular”. Drago (2007, p. 92) acrescenta outro elemento da integração que colaborou para o aumento

das críticas, definindo a integração implantada “como um ensino que não é voltado para o todo, para a heterogeneidade social existente, e sim um ensino comum a todos, independentemente de suas especificidades, ou seja, um ensino baseado em atividades iguais e não diferenciadas”.

A solidificação do movimento de integração se deu a partir dos anos 80 e, sabe-se hoje, não atendeu aos reais direitos das pessoas consideradas deficientes, na medida em que não questionou a sociedade, mantida sem mudanças, e continuou exigindo a adaptação dessas pessoas à ordem social (MACHADO, 2002, p. 21).

Deste modo, a integração foi substituída pela filosofia da inclusão. Esta, ao contrário da integração, como define Stainback e Stainback (1999, p. 408), tem como objetivo criar um mundo em que todas as pessoas se reconheçam e se apoiem mutuamente. Nesse sentido, “o objetivo não é o de apagar as diferenças, mas o de que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valide e valorize sua individualidade” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 412). “Considerando o paradigma da inclusão, a perspectiva é a garantia do acesso à educação, da melhoria das condições de aprendizagem e da participação de todos os alunos” (BRASIL, 2005, p. 5).

O discurso da inclusão preconiza acesso aos direitos constitucionais a todos, pressupondo que todos os sujeitos tem méritos próprios que determinam seu sucesso ou fracasso, sem considerar que esse sujeito pertence a determinada classe social, condição econômica específica e que estes e outros fatores interferem no acesso aos seus direitos e na forma como desenvolve sua escolarização. Ao mesmo tempo, é necessário que sejam desenvolvidas ações para favorecer melhores condições a alguns grupos considerados excluídos, para que os mesmos exerçam seus direitos, entre os quais a educação (MACIEL, 2009, p. 33).

Atualmente a inclusão é uma proposta de oferecer igualdade de ensino a todos os educandos, independente de suas necessidades educativas especiais. Dentro desta mesma perspectiva, Lacerda (2006, p. 166) comenta:

A defesa deste modelo educacional se contrapõe ao modelo anterior de educação especial, que favorecia a estigmatização e a discriminação. O modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças.

1.1.1 - Ponto de vista legal

O movimento de inclusão teve seus princípios fortalecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta, os direitos dos sujeitos com necessidades educativas especiais foram enaltecidos e defendidos, assim como o direito de cada criança à educação foi proclamado e fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação Para Todos.

Dessa forma, não é o aluno que tem que se adaptar à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. A educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos propostos para a sua educação (BRASIL, 2004, p. 23).

A Declaração de Salamanca, que foi realizada na Espanha em 1994, também contribuiu para expandir as concepções acerca da inclusão, uma vez que trazia considerações sobre os direitos das crianças com necessidades educativas especiais. Esta Declaração contou com a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A partir de então, verificou-se no cenário mundial inúmeras ações voltadas para a legitimação da inclusão, como forma de garantir o direito dos sujeitos com NEE's à educação e participação na sociedade.

Sobre o prisma legal, a Educação Especial fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente em seu artigo 208, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado aos alunos com NEE's, preferencialmente na rede regular de ensino. Ademais, a lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece, entre outros, que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com NEE's currículos, métodos e recursos educativos para atender às suas necessidades, como também acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

A educação especial, como qualquer processo educativo, tem por finalidade a formação de cidadãos conscientes e participativos. Trata-se de um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades especiais.

Drago (2007, p.89) considera que essa legislação atual, baseada nos pressupostos de uma escola para todos, deixa margem a uma série de dúvidas e contradições que se refletem no cotidiano educacional, quando, por exemplo, se tem o direcionamento de recursos públicos para entidades filantrópicas, comunitárias e outras, ao invés de oferecer um ensino público de qualidade com recursos suficientes.

Em conformidade com o que o autor acima relata, Lacerda (2006, p. 168) acrescenta que:

A fragilidade das propostas de inclusão residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja a formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.

Desta forma, faz-se necessário expor a realidade da inclusão escolar que estamos vivenciando, com o objetivo de romper com o paradigma da integração que, impregnado em nossa sociedade, só traz prejuízos para os personagens que estão envolvidos no cenário educacional. Assim, como afirma Jurdi e Amiralian (2006) no que tange à inclusão, “não basta colocar o aluno do portão adentro da escola, delegando um espaço físico dentro da sala de aula. É preciso que a escola viabilize formas de atendimento a essa população (p. 192)”.

1.2 – Conhecendo a vida de Joana

A inclusão requer um atendimento às necessidades especiais dos alunos dentro da diversidade escolar, oferecendo oportunidades de desenvolvimento para os alunos que compõem esta clientela. Desta forma, em um contexto que valorize as diferenças, cada criança pode oferecer as suas contribuições e desenvolver competências de acordo com suas capacidades e habilidades. Neste contexto de acolhimento e valorização da diversidade, podemos encontrar várias necessidades, mas focaremos na Síndrome de Down (SD) para entendermos melhor a criança pesquisada.

Esta síndrome é conhecida por uma alteração na condição genética, diagnosticada a partir de 1866 pelo médico inglês John Langdon Down que, pela primeira vez, definiu as características de uma criança com Síndrome de Down. No entanto, Moreira et al. (2000) afirma que Langdon fez colocações equivocadas ao estabelecer associações com caracteres étnicos, seguindo a tendência da época. “Chamou a condição inadequadamente de idiotia mongolóide” (MOREIRA; EL-HANI; GUSMÃO, 2000, p. 96). Este nome foi dado por aspectos da face do indivíduo com Síndrome de Down serem semelhantes aos do mongol, habitante da Mongólia, região hoje pertencente à China (LIMA, 2007, p. 15). “Todavia, estes

termos são totalmente inadequados e carregam uma série de preconceitos criados a partir de descrições incorretas realizadas no passado e, por isso, devem ser evitados” (PUESCHEL, 1998, apud LIMA, 2007, p. 49-50).

A Síndrome de Down, uma combinação específica de características fenotípicas que inclui retardo mental e uma face típica, é causada pela existência de três cromossomos 21 (um a mais do que o normal, trissomia do 21) uma das anormalidades cromossômicas mais comuns em nascidos vivos (FILHO, 2001).

Estudos da última década classificam a SD como alteração progeróide, indicando o seu processo de envelhecimento antecipado, como responsável pelo aparecimento de alterações imunológicas, autoimunes e endócrinas, entre outras, em faixa etária precoce quando comparados à população geral (PRADO, 2009, p. 336).

Silveira (2007) define as características físicas mais comuns em indivíduos com SD:

Olhos com pálpebras estreitas e levemente oblíquas com prega de pele no canto interno (prega epicântica), manchas da íris (manchas de Brushfield), cabeça menor e levemente achatada, boca pequena, protusão da língua, nariz pequeno com raiz achatada, orelhas pequenas e com superpregueamento da hélice e pequenos lóbulos, pescoço curto e com dobras, as mãos são curtas e largas, os dedos dos pés curtos, muitas tem pés chato, hipotonia generalizada.

Apesar de terem sido apresentadas as características típicas da SD, é preciso ressaltar que não há uma padronização com relação ao desenvolvimento destas pessoas (SCHWARTZMAN ET al., 2007). Bissoto (2005, p. 81) critica o pensamento de que todos os SD se desenvolvem da mesma forma, “que apresentam as mesmas características, incapacidades e limitações orgânicas, motoras e cognitivas”, pois, desta forma, deixa de considerar a influência e a contribuição do meio no processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, a criança com SD ao nascer irá encontrar um ambiente familiar, o qual será crucial para o avanço ou não de suas competências, sendo então relevante entendermos qual o sentimento da família na trajetória da gestação até o nascimento da criança com SD.

De acordo com Vash (1988), da mesma forma que uma doença ou lesão destrói a homeostase fisiológica da pessoa afetada, elas e suas sequelas também interrompem o equilíbrio homeostático da unidade familiar. Quando a deficiência ocorre, a família inteira começa uma batalha adaptativa para recuperar o equilíbrio. Em outras palavras, embora somente um membro da família “possua” a deficiência, todos os membros da família são

afetados e, até certo ponto, incapacitados por ela. Todos vivenciam o choque e o medo com relação ao evento ou ao reconhecimento da deficiência, bem como a dor e a ansiedade de se imaginar quais serão as implicações futuras.

No entanto, o processo de ajustamento a essa nova situação de vida familiar determinará o tratamento e o bem estar da criança especial e de toda sua família, sendo vital a cooperação dos pais, pois somente quando a família e a equipe de reabilitação atuam em parceria, integradas, as melhores oportunidades para o desenvolvimento de suas capacidades poderão ser dadas à criança, quaisquer que sejam suas limitações (BRASIL, 2005, p. 52).

A orientação dos profissionais da reabilitação proporcionará à família que tem um filho especial experiências dentro das possibilidades, permitindo que essa criança desfrute de seus direitos e deveres e que seja respeitada em suas limitações, mas também valorizada por suas capacidades, conscientizando os pais a respeito do valor e da importância da família para o desenvolvimento psicossocial dos filhos e, em particular, do filho especial (BRASIL, 2005, p. 53).

Acerca do mesmo tema, Cunha et al. (2010, p. 446) exhibe o seguinte pensamento:

A chegada de uma criança com deficiência em uma família pode gerar situações complexas e resultantes da falta de preparo e informação adequada para lidar com os sentimentos que possivelmente surgirão nesse momento. Atitudes de superproteção, piedade ou rejeição, presentes no núcleo familiar, podem interferir no desenvolvimento dos filhos, incluindo os aspectos físicos e emocionais.

A família é entendida como uma personagem fundamental para qualquer sujeito. Nesta, o mesmo encontra aconchego, afeto e proteção e são desenvolvidas relações interpessoais, relacionando-se não somente com a mãe, mas com outros integrantes do núcleo, tais como pais, irmãos e avós, sendo esses relacionamentos essenciais para o desenvolvimento da criança de forma global (SILVA, et al. 2008). De acordo com Maciel e Barbato (2010) “a família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências no seio familiar o marcarão por toda vida (p.40).”

A família contribui para o desenvolvimento e segurança dos seus elementos de várias formas: satisfazendo as suas necessidades mais elementares, protegendo-os contra os ataques do exterior, facilitando um desenvolvimento coerente e estável, favorecendo um clima de pertença, muito dependente do modo como são aceitas na família (COSTA, 2004, p. 76).

Acerca da importância do comprometimento/participação da família para a caminhada em rumo ao avanço dos seus filhos, Dessen e Polonia (2007, p. 22) fazem a seguinte exposição:

Como primeira mediadora entre homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas experiências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se um processo de influências, bidirecionais entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constitui fator preponderante para o desenvolvimento das pessoas.

A entrada de uma criança com deficiência na escola requer um constante diálogo entre escola e família, para que as oportunidades ofertadas aos seus filhos possam alcançar os efeitos desejáveis. De acordo com Costa (2004) “a entrada da criança na escola, continuidade da etapa que a precede no ciclo vital, é um momento crucial de abertura do sistema familiar ao mundo que o rodeia (p. 80)”.

1.2.1 – Surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento para a pessoa com Síndrome de Down

A inclusão escolar pressupõe oportunizar a todos os sujeitos, independente de suas características, as mesmas condições de desenvolvimento. Mendes (2006, p. 395) define a inclusão como:

No contexto mundial, o princípio da inclusão passa então a ser defendido como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todas conquistariam a

sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.

O termo desenvolvimento, nesta pesquisa, é entendido como algum tipo de avanço que o sujeito adquire em suas competências. Sendo que este se dá de forma contínua e gradual. De acordo com Drago e Rodrigues (2009, p. 49) “o ser humano é um ser em permanente desenvolvimento e é por meio do outro que nos desenvolvemos e nos humanizamos”.

O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento da experiência pela experiência. E isto será impossível se não providenciarmos um meio educativo que permita o funcionamento dos interesses e forças que foram selecionadas como mais úteis. Estas capacidades devem entrar em operação, o que dependerá essencialmente dos estímulos que os envolvam e do material sobre o qual se exercitem (MOGILKA, 2005, p. 373).

Segundo Ferreira et al. (2010) é possível perceber que as crianças com SD apresentam progresso, no que tange ao aspecto intelectual e físico, um pouco menor, quando comparadas a outras crianças ditas normais. Porém, “uma criança com SD é capaz de conquistar grande parte das habilidades de uma criança com desenvolvimento típico, apesar do aparecimento tardio das mesmas” (BONOMO; ROSSETI, 2010, p. 56). No entanto, a maneira como é exercitado o funcionamento psicológico e a forma como são apresentadas os estímulos determinam o resultado cognitivo da criança (FERREIRA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 218).

Embora haja deficiência, é importante compreender que os ambientes social e educacional influenciam no desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo, na linguagem expressiva e na autonomia da criança com síndrome de Down. Assim, a concepção do professor sobre linguagem, desenvolvimento, interação, quando adotada de forma distorcida e/ou fragmentada, carente, reflete diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem proposto ao aluno com síndrome de Down (FERREIRA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 220).

De acordo com Pueschel (apud Valente, 2009, p. 5) “as pessoas com SD já conseguiram comprovar que são possuidoras de capacidade para obter um bom desempenho na escola, no mundo do trabalho e na sociedade”. À luz desta perspectiva, Valente (2009, p. 79) acrescenta sua análise acerca do avanço das habilidades das pessoas com Síndrome de Down, além de sugerir práticas a serem utilizadas para sustentar o processo de desenvolvimento de competências desses sujeitos:

Actualmente, está comprovado que as crianças com SD podem atingir graus de desenvolvimento a nível cognitivo, outrora impensáveis. Sabe-se, no entanto, que as aquisições feitas por estas crianças decorrem com mais lentidão, precisando de mais tempo, como por exemplo, aprender a ler ou fazer operação lógico-matemático. É uma mais valia para estas crianças poderem frequentar a escola, creche ou jardim de infância, desde muito cedo para assim seguirem os mesmos princípios básicos de educação que as outras crianças do grupo da qual faz parte. Para que estes objetivos sejam alcançados, três premissas devem ser seguidas: respeitar sempre o ritmo individual de cada criança, oferecendo-lhes iguais possibilidades de desenvolvimento; incentiva-la, trabalhando sobretudo as suas capacidades ensinando-as a vencer as suas dificuldades e, por último, uma planificação por objetivos para passo a passo para sermos capazes de saber o que a criança já interiorizou, o que ainda não conseguiu adquirir para assim só passar para novas aprendizagens, quando as anteriores tiverem bem consolidadas.

Nesta perspectiva, inúmeros estudos apontam que o processo de desenvolvimento da criança com SD segue como o de qualquer sujeito que não seja portador da mesma, resultante de influência do meio social e cultural, como também da sua genética. Bissoto (2005) inclui ainda as expectativas existentes em relação às suas potencialidades e capacidades e os aspectos afetivos emocionais da aprendizagem.

Acerca da contribuição da escola para o surgimento deste novo paradigma de enxergar a pessoa com SD, Lima et al. (2009, p. 37) faz a seguinte exposição:

A importância da relação entre o contexto escolar e o desenvolvimento dessas pessoas recai exatamente nos estudos que apontam para maior desenvolvimento cognitivo por parte dos alunos incluídos. O trabalho de Laws e colaboradores (2000) sobre o desenvolvimento da linguagem e da memória indicou que as crianças com SD da escola regular levavam uma vantagem de dois anos no desenvolvimento da linguagem em relação àquelas da escola especial. A linguagem e a memória estão no centro dos problemas mais discutidos na SD, fazendo parte da sua biologia. Os resultados dessas pesquisas sugerem que o tipo de educação é um fator importante, sendo a inclusão o sistema que demonstrou melhores efeitos.

Na pesquisa realizada por Lima e colaboradores que investigaram qual a melhor alternativa de escola para crianças com SD, foram analisados 18 participantes, sendo nove estudantes de escola especial (EE) e nove de escola regular (ER). Após aplicação de testes e inúmeras atividades, chegaram ao resultado que os alunos da ER demonstraram maior facilidade nas realizações das tarefas, demonstrando independência e autonomia perante os investigadores. Em contrapartida, os alunos que estudaram na EE tiveram dificuldade na realização das atividades, revelando um desempenho aquém do encontrado na literatura (LIMA et al., 2009).

No paradigma atual de educação inclusiva se faz necessário transformar as concepções arcaicas e discriminatórias existente no contexto escolar, sendo que um dos embates de maior relevância é no tocante à formação do professor, que pode ser um obstáculo para que a inclusão ocorra de forma efetiva no contexto escolar (SILVEIRA; NEVES, 2006).

1.3 – Interação família e escola: uma relação possível e necessária

O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no contexto escolar é marcado por sentimentos de medo e insegurança, tanto por parte da família como também da escola, sendo necessário um continuo diálogo entre estes dois personagens, para que a inclusão alcance os seus objetivos, que é o de oferecer um ambiente propício para que ocorra o desenvolvimento das habilidades das crianças com NEE's. Para tanto, se faz necessário a utilização de práticas que possam atender às premissas da inclusão escolar.

Práticas baseadas na valorização da diversidade humana, no respeito pelas diferenças individuais, no desejo de acolher todas as pessoas (princípio da rejeição zero), na convivência harmoniosa (princípio da cooperação e colaboração), na participação ativa e central das famílias e na comunidade local em todas as etapas do processo de aprendizagem e, finalmente, na crença de que qualquer pessoa, por mais limitada que seja em sua funcionalidade acadêmica, social ou orgânica, tem uma contribuição significativa a dar a si mesma, as demais pessoas e a sociedade como um todo (BRASIL, 2005, p. 23).

No que tange à importância da interação entre escola/família no contexto escolar, esta relação apresenta-se como crucial para o processo de ensino-aprendizagem da criança. Desta forma, “o papel dos pais e o seu bom relacionamento com a escola são de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho” (BUCKLEY; BIRD, 1998 apud LUIZ, 2008, p. 502). “Nesse sentido, é preciso considerar a importância da participação da família e a interação entre o professor e o aluno como agentes fundamentais no processo ensino-aprendizagem” (DINIZ, 2008, p. 19). Em consonância com essa reflexão, Alves e colaboradores (2008, p. 47) discorrem:

A sociedade e a família têm um papel de extrema importância nesse processo, agindo como instrumentos mediadores do percurso de interação e aprendizagem da criança junto ao meio ambiente. Por meio dessas ações, a criança com Síndrome de Down pode superar muitas limitações e, principalmente, desenvolver grandes e complexas habilidades, dentre elas, o

ato de ler e escrever, funções indispensáveis à constituição do homem enquanto sujeito.

Nesse sentido, é importante uma maior aproximação entre as escolas e as famílias dos alunos, pois, se reforçando os mesossistemas entre escola e as famílias, haverá uma maior probabilidade de que todos os envolvidos com as crianças criem expectativas positivas em relação a si próprios, podendo colaborar de forma mais significativa no processo de inclusão (BRASIL, 2005, p. 44).

Pereira e colaboradores (2007, apud LUIZ et al., 2008, p. 506), na discussão acerca da interação entre família e escola, indicam-nos:

A família e a escola apresentam papéis complementares no processo de desenvolvimento da criança e, nesse sentido, o apoio e o envolvimento da família na escola podem propiciar à criança com síndrome de Down os avanços necessários ao seu desenvolvimento.

Um processo de inclusão requer que os envolvidos nesta ação tenham um olhar positivo acerca dos efeitos desta caminhada. Assim, “uma atitude positiva dos pais em relação à participação e às potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social” (GIL, 2005, apud SILVA, 2007, p. 30). Após uma pesquisa com pais de crianças com Síndrome de Down, Silva (2007, p. 55) conclui “que todos esses pais acreditam que seus filhos podem aprender e confiam nas escolas para que isso aconteça”. Desta forma, a interação entre família e escola é crucial no apoio ao contexto ensino-aprendizagem (POLONIA; DESSEN, 2005), “colocando pais e professores em sintonia para garantir efetividade do processo de aprendizagem” (ARAÚJO, 2007, p.29).

À luz desta perspectiva de parceria entre os envolvidos no processo de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, Carneiro (2010, p. 98) comenta:

A escola não pode assumir sozinha a responsabilidade educacional dos alunos, a família deve estar presente no processo de escolarização de seus filhos. No caso da criança com deficiência a participação da família torna-se fundamental, pois cada troca de informação, experiência e conhecimento, pode favorecer o trabalho escolar com as crianças e beneficiar a convivência dela com seus amigos e familiares dentro e fora da escola. Assim, o trabalho nesta modalidade poderá tornar-se uma atividade conjunta, na medida em que as escolas atrair as famílias para dentro delas criando laços de confiança de participação de forma ativa e colaborativa e a família mostrar-se sensível a esta parceria.

Luiz e colaboradores (2008) refletem que “naqueles cenários onde foi efetivada, a inclusão tem se tornado benéfica para as crianças portadoras da SD, embora haja muitos desafios a serem superados (p. 507)”. O autor cita a formação de professores como um obstáculo para a efetivação da inclusão dos deficientes na escola. Desta forma, Rinaldi e colaboradores (2007, p. 91) defendem que “deve-se pensar com urgência de se reformular os currículos de formação de professores de maneira que esse processo contemple a diversidade escolar”.

Nesta perspectiva, se faz necessário ampliar e fomentar nos contextos escolares a importância da interação escola/família no que tange ao desenvolvimento da criança com deficiência incluída em uma escola regular. Ademais, a formação do professor deve ser vista como elemento intrínseco para a qualidade do atendimento oferecido a esta clientela. Castro e Regattieri (2009), acerca do papel da escola no tocante à interação com a família:

Outro detalhe que faz toda a diferença é a ordem escolhida para descrever a relação: escola/família. Estamos assumindo que a aproximação com as famílias é parte do trabalho escolar, uma vez que as condições familiares estão presentes de forma latente ou manifestas na relação professor-aluno e constituem chaves de compreensão importantes para o planejamento da ação pedagógica (UNESCO; MEC, 2009, p. 16).

Silva (2007, p. 19) acrescenta que, na busca pela efetivação da inclusão nos contextos escolares, “o professor e a escola onde atua é que devem mudar suas estratégias para garantir a todas as crianças o seu desenvolvimento”. Esta busca pela efetivação da inclusão nos contextos escolares tem como pressuposto básico uma relação de interação/colaboração entre a escola e a família como condição necessária para que a permanência da criança neste ambiente contribua para o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

1.4 – Inclusão e formação de professores uma relação bilateral

A formação dos professores é uma importante ação para o enfrentamento das diversas situações que estão presente no contexto escolar, principalmente no que compete à atuação com crianças com necessidades educativas especiais (NEE's).

A formação de professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos

os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de educação estes profissionais tem se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola (BRASIL, 2005, p. 21).

Silva (2008) afirma que o sucesso da inclusão escolar não depende só da formação do professor, porém efetiva-se com mais facilidade se os educadores, que diariamente estão em contato com estes alunos, souberem trabalhar com as demandas desta clientela, além de ser preciso ter um olhar sensível no tocante ao acolhimento destes na sala de aula. Acrescentando que a “inclusão depende das respostas que a escola é capaz de organizar, as quais serão mais eficazes se houver formação que ajude o corpo docente a ponderá-las” (SILVA, 2008, p. 480).

À luz desta perspectiva, “faz-se necessário refletir a respeito da implementação de políticas públicas para a educação que fomentem a formação do professor e, conseqüentemente, reflitam na prática docente” (GONÇALVES, 2008, p. 13). Ainda de acordo com o autor, devem ser rejeitados modelos de formações que são organizadas em três a quatro encontros por ano, que são caracterizadas por serem aligeiradas e descontextualizadas do cotidiano da escola. Desta forma, segundo o mesmo, a formação dos professores tem se resumido em um pacote pronto e acabado, desvinculado dos conhecimentos dos professores.

O processo de inclusão está intimamente ligado à formação adequada dos educadores, pois “o professor precisa significar a sua ação, sua atividade educativa, para os alunos e para si próprio” (GONÇALVES, 2008, p. 102). Compartilhando com esta ideia, Capellini e Mendes (2004) acrescentam que a formação continuada, quando realizada a partir das necessidades dos professores, tende a ser mais efetiva. Assim, “torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender as peculiaridades apresentadas pelos alunos” (SANTA’ANA, 2005, p. 228).

É preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva; assim eles poderão aceitar e relacionar-se com os seus diferentes alunos e, conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais. Porém, os professores só poderão adotar este comportamento se forem convenientemente equipados com recursos pedagógicos, se a sua formação for melhorada, se lhes forem dados meios de avaliar seus alunos e elaborar objetivos específicos, se estiverem instrumentos para analisar a eficiência dos programas pedagógicos, preparados para a superação dos medos e superstições e contarem com uma orientação eficiente nesta mudança de

postura para buscar novas aquisições e competências (FONSECA, 1995, apud GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 25).

Nessa mesma direção, Peyerl e Zych (2008, p. 8) discorrem:

Para haver avanços na educação, em relação à inclusão educacional, ao professor cabe participar de cursos de formação continuada, de seminários, fóruns, com a finalidade de oportunizar estudos aprofundados em temas que envolvam a educação na diversidade, momentos em que buscarão respostas a possíveis dúvidas, o que proporcionará crescimento e aperfeiçoamento profissional. O importante é que o professor esteja aberto às inovações, tais como a valorização e o reconhecimento da diversidade do processo de ensino-aprendizagem, sempre buscando estar em contato com novas ideias, ampliando seus conhecimentos além da formação acadêmica, para poder acolher bem os alunos especiais e agir de maneira competente diante das situações que surgirão na sala de aula.

Muitos são os desafios para que os alunos que apresentam algum tipo de deficiência tenham sua entrada e permanência garantida no contexto escolar, uma vez que inclusão não significa simplesmente manter este sujeito na escola e sim oferecer oportunidades para que estes possam desenvolver as suas competências e habilidades. Neste sentido, a formação do profissional é crucial para o sucesso nesta caminhada. Pensando nisso, o Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Especial, elaboraram um documento intitulado “Documento Subsidiário à Política de Inclusão”, em 2005. Neste, reconhecem algumas dificuldades para que ocorra a formação do professor:

Uma das dificuldades encontradas para a formação de educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades sócio-culturais existentes em nosso país. Para atender esta demanda tão diversa, o material dirigido à formação tem se proposto a oferecer uma linguagem suficientemente abrangente para ser acessível a todos. Porém, em alguns casos, se observa excessiva simplificação dos conteúdos propostos, aliada a uma superficialidade que se distânciam das situações problemáticas concretas de cada realidade (BRASIL, 2005, p. 21).

Rinaldi e colaboradores (2007) concluem que um dos desafios para alcançarmos uma educação que contemple toda a diversidade do contexto escolar encontra-se na base da formação profissional do professor. Portanto, faz-se necessário romper com o paradigma da formação inicial do educador, que lhe dará condições para atender toda a demanda existente no cotidiano escolar, acrescentando que o conhecimento adquirido inicialmente deve estar articulado com as redes de saberes da realidade daquele espaço, tendo como foco o trabalho

colaborativo, sendo que estas atitudes poderão facilitar a relação do educador com as diferentes demandas que compõem o cenário educacional.

II – OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral

Analisar os impactos causados pelas concepções dos personagens envolvidos no processo de inclusão acerca das possibilidades da criança com Síndrome de Down no contexto escolar.

2.2 – Objetivos Específicos

- . Analisar o diálogo entre escola e família;
- . Levantar, junto aos professores envolvidos no processo de inclusão escolar, a melhor forma de atender a criança especial e de interagir com a sua família, em prol do desenvolvimento do aluno.

III – METODOLOGIA

3.1 – Fundamentação da Metodologia

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa qualitativa, mais especificamente em um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa veio consolidando-se ao longo da história científica como prática que possibilita o desvendamento de objetos subjetivos que, por sua complexidade, exigem compreensão mais aprofundada dos fenômenos que os envolvem. Em alguns casos, de nada adianta uma pesquisa quantitativa sem antes se ter as qualidades para serem quantificadas (VIEIRA; TIBOLA, 2005, p. 25).

Segundo Souza e colaboradores (2008), na pesquisa qualitativa a realidade social e a realidade subjetiva são abordadas em suas complexidades e dinamismos sistêmicos, com destaque para a cultura no desenvolvimento humano. Assim, se traduz na compreensão do senso comum, dos significados, experiências de vida, perspectivas e sentido da vida dos sujeitos (SUDAN e CORRÊA, 2008, p.2).

A metodologia utilizada neste estudo possibilitou ampliar o número e a qualidade das informações adquiridas ao longo da pesquisa, uma vez que, além da influência de valores no processo, há de constatar um envolvimento emocional do pesquisador com o seu tema de investigação (HUINTHER, 2006). Desta forma, o pesquisador pode ser enxergado como um construtor de informações, onde por meios dos instrumentos consegue interagir de forma privilegiada com o seu objeto e o contexto ao qual está inserido.

Vale lembrar que, ao realizar a pesquisa qualitativa, o pesquisador deve ser ético e respeitar o entrevistado, o que inclui a proteção do anonimato do participante e a manutenção de todas as afirmações e promessas feitas para assegurar sua participação. Outro ponto importante está no preparo do pesquisador; por exemplo, conhecimento das técnicas existentes, utilização de pré-testes, saber usar a ferramenta correta para coleta de dados, e ter ciência das ferramentas para análise dos dados são fundamentais para o sucesso da pesquisa. Além do mais, características como: práticas enganosas na pesquisa, invasão de privacidade, falta de preocupação com os assuntos do respondente, interesses pessoais e técnicas analíticas inapropriadas devem ser rigorosamente rejeitados (VIEIRA; TIBOLA, 2005, p. 25).

À luz desta perspectiva, sujeitos e pesquisadores afetam-se mutuamente e alteram as suas construções, comportamentos e percepções com base nas interações estabelecidas (SOUZA; BRANCO; OLIVEIRA, 2008). Em consonância com essa reflexão, González-Rey (1997, apud MACIEL; BARBATO, 2010, p. 87) declara que “nesse processo o sujeito constrói de forma progressiva a sua experiência através do diálogo que estabelece com o investigador ou com outros sujeitos no grupo estudado”.

No caminho percorrido pela investigação, a produção de conhecimento se deu em caráter interpretativo-construtivo, onde a subjetividade do sujeito pesquisado é relevante para o curso do processo. Assim, a interpretação dos elementos do estudo pelo pesquisador possibilita a construção de novos conhecimentos, inter-relacionados com o contexto do sujeito e os significados adquiridos. Desta forma, “a investigação converte-se assim em um campo de relações que o sujeito legitima como próprio, na medida em que se estende a expressão de suas necessidades dentro dela” (MACIEL; BARBATO, 2010, p. 86). Vale ressaltar a presença do processo de pesquisa cíclico, onde “nesse modelo, os processos de pensamento e reflexão do investigador estão em contínua interação dialética com o fenômeno investigado levando, assim, à construção de novos conhecimentos” (BRANCO; VALSINER, 1997, 1999 apud MACIEL; BARBATO, 2010, p. 79).

3.2 – Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Unidade Municipal de Ensino Infantil do Município de Vila Velha, no Espírito Santo. Foi analisado todo o contexto escolar, mas principalmente a turma da pré-escola, à qual pertence a criança pesquisada, tendo como objetivo observar e compreender a escola e suas práticas pedagógicas, dando ênfase ao espaço da sala de aula, pois, como afirma Mittler (2003, p. 139), “são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola”.

Tal estudo se desenvolveu em uma escola que foi recentemente inaugurada, apresentando então uma estrutura de qualidade e adaptada para garantir acesso para todos os alunos. O seu funcionamento ocorre no horário matutino e vespertino, atuando por dez horas diárias.

A unidade de ensino que serviu de cenário para pesquisa apresenta uma excelente estrutura física, sendo composta por sete salas de aula, uma de vídeo, uma brinquedoteca e uma reservada para ser sala de recursos, que atenderá às crianças com altas habilidades. Conta

ainda com rampas, que possibilitam facilidade de acesso para crianças que tenham dificuldades de locomoção. Atualmente a escola atende dois alunos com necessidades educativas especiais, sendo um no período matutino, que é a aluna com Síndrome de Down, foco da pesquisa, e um no turno vespertino, que se trata de um aluno com Hidrocefalia, apresentando muita dificuldade de aprendizagem.

A equipe de trabalho desta escola é formada por onze professores, sendo sete regentes de turma, uma de apoio escolar, uma de projeto de artes, uma de projeto de música e uma especialista. Conta ainda com cinco auxiliares de Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei), quatro cozinheiras, quatro auxiliares de serviços gerais, uma pedagoga e a diretora. Nas reuniões quinzenais, todos os funcionários participam e expõem suas ideias e, em seguida, a pedagoga se reúne só com as professoras e auxiliares de UMEI para planejar as atividades pedagógicas que serão oferecidas para as crianças.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico no que tange à participação da família no cenário educacional, esta é valorizada e incentivada pelo grupo escolar, havendo um bom relacionamento entre ambos. Exemplificando esta participação, citamos a frequência nos plantões pedagógicos, a colaboração nas atividades de campo, a participação nos eventos de interação família/escola promovidos pela instituição escolar, dentre outras. O primeiro exemplo citado é o único destes mencionados acima que ocorre somente com a presença dos pais, sendo uma oportunidade para estes conhecerem o desenvolvimento de seus filhos e contribuírem através de propostas de atividades para os mesmos, como forma de ajudar a professora regente a elaborar as tarefas que irão compor o seu plano de aula. A escola garante a participação da aluna Joana em todas as atividades realizadas com os seus pares, obtendo sempre respaldo e auxílio da família para concretizações das intervenções.

Esta Unidade de Ensino está localizada em um bairro carente e com um alto índice de violência. No entanto, a participação das famílias neste contexto escolar é efetiva. Alguns pais colaboram com a escola através do Programa Amigo da Escola, construindo, desta forma, um vínculo entre escola e comunidade.

3.3 – Participantes

Para a realização de tal estudo contamos com a participação de algumas pessoas, os quais foram fundamentais para embasar e fomentar a discussão. Tivemos a contribuição da

família, mais especificamente da mãe de Joana¹, que será chamada de Geni², da Professora regente, a qual atribuiremos o nome de Neli³, da Pedagoga, com nome de Cristian⁴, e da Professora de Educação Especial, (pesquisadora)⁵.

Cada um destes personagens citados acima ocupou um papel importante no cenário escolar no que se refere à inclusão de Joana, criança com Síndrome de Down que frequenta a turma do infantil 5 de uma Unidade de Educação Infantil. Vale ressaltar que a pesquisa buscou entender de que forma o olhar que a família tem sobre a criança com NEE's pode beneficiar ou prejudicar o desenvolvimento da mesma, assim como perceber se o olhar dos personagens que estão diretamente ligados a esta criança também podem influenciar neste processo de desenvolvimento.

À luz desta perspectiva revelou-se o interesse em realizar esta pesquisa com a criança citada, pois a mesma apresenta habilidades que podem ser explicadas pela participação da família em todo processo de seu desenvolvimento. Dentre as características da menina observadas no cotidiano escolar destacam-se desenvoltura na sala de aula, bom relacionamento com os colegas da turma, interesse em realizar as atividades propostas, participação em rodas de conversas sem demonstrar grandes dificuldades de dicção, aceitação das regras da sala, entre outras. Até o momento pode-se inferir que dos personagens envolvidos no processo de inclusão pode ser crucial para o desenvolvimento da criança.

No intuito de conhecermos um pouco a respeito dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa será feito um breve relato das características de cada um. Começaremos a falar sobre a família de Joana. Esta se destaca por lutar pelas melhores condições de avanço para a filha. Além de participarem ativamente no contexto educacional, também estimulam a participação da criança em outras atividades que possam possibilitar o seu desenvolvimento, dentre estas: equoterapia, atendimento na APAE, hidroginástica e sessões com fonoaudióloga, aumentando as oportunidades de avanço da mesma.

Com relação aos personagens que ocupam o contexto educacional (pedagoga, professora regente e professora especialista), será exposta brevemente a função de cada uma no que concerne ao atendimento de Joana. A pedagoga realiza toda a articulação entre os funcionários da escola, planejando, juntamente com as professoras, todas as atividades

¹ Criança pesquisada

² Mãe da criança pesquisada

³ Professora Regente

⁴ Pedagoga

⁵ Pesquisadora

propostas para os alunos. Já a professora regente coloca em prática as atividades contando com a colaboração da professora especialista, para que a criança em estudo possa realizar as atividades com êxito, sendo preciso ressaltar que a professora especialista também faz intervenções individuais, objetivando minimizar as dificuldades que Joana possa ter sentido na realização de alguma atividade na sala de aula. Assim, podem-se definir as três personagens como profissionais qualificadas, que buscam atender com qualidade todos os alunos, aprimorando e elaborando estratégias para que os alunos com NEE's possam se sentir como parte integrante do espaço escolar.

3.4 – Materiais

Buscando o aprofundamento do tema proposto, foram utilizados os seguintes materiais:

- Caderno de campo;
- Folha A4

Vale ressaltar que a não utilização de meios de gravação visual ou de áudio foi devido a um pedido da família, sendo prontamente respeitada. Ademais, a busca pelas informações que contribuísse para o enriquecimento desta pesquisa não ficou prejudicada pela falta destes recursos audiovisuais.

3.5 – Instrumentos de Construção de Dados

Objetivando maior clareamento acerca do tema proposto, foram utilizados alguns instrumentos de pesquisa para enriquecer o conhecimento proposto. Dentre eles, pode-se citar observação em sala de aula, entrevista semiestruturada e dinâmica conversacional. Para tal, foram organizadas perguntas para a entrevista e realizados questionários e anotações no caderno de campo, os quais serviram de instrumento para o aprofundamento da pesquisa.

Na entrevista foi discutida a relação da família com a criança como um todo, buscando perceber primeiramente a visão que os pais têm sobre as possibilidades de seu filho para então iniciarmos a análise acerca da inclusão escolar, pois acredita-se que a forma como a instituição familiar concebe esta criança estará intimamente ligada como estes perceberam a importância da inclusão do filho na escola regular de ensino (JERUSALINSKY; PÁEZ, 2001).

A entrevista semiestruturada foi realizada seguindo perguntas elaboradas previamente, contudo enaltecendo o diálogo, buscando deixar a entrevistada à vontade para uma conversa informal.

Este tipo de entrevista colabora muito na investigação do aspecto afetivo e valorativo dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Foi utilizado também um Caderno de Campo, onde foram anotadas as observações relevantes sobre a criança pesquisada, tais como desenvolvimento na sala de aula, relacionamento com os colegas e professores, intervenções realizadas para a necessidade da criança e a participação da família no contexto escolar.

A entrevista contou com sete perguntas, já o questionário foi composto por cinco questões, que foi completado com as análises das observações realizadas e anotadas no caderno de campo. Os questionários e as perguntas das entrevistas que contribuíram para a construção desta pesquisa estão em anexo.

3.6 – Procedimentos de Construção de Dados

A instituição de ensino que serviu de palco para a pesquisa foi escolhida por ser o meu local de trabalho, onde tenho interesse de iniciar o processo de fomentação no que se refere à importância da família para o desenvolvimento da criança com Necessidades Educativas Especiais. Ademais, a familiaridade e a facilidade no acesso às informações necessárias para o enriquecimento da pesquisa também contribuiu para a escolha desta unidade.

A personagem principal deste estudo, Joana, criança com Síndrome de Down, como já foi comentado em outro momento, já faz parte da minha vida há cerca de três anos, e pude

acompanhar de perto todo o processo de desenvolvimento da mesma, como também a participação da família neste período. Portanto, a escolha por esta criança se deu pelo laço de afetividade que existe entre pesquisador e pesquisado, possibilitando uma participação ativa de ambos no desenvolvimento da pesquisa.

Desde o primeiro ano de trabalho com a Joana e sua família foi possível perceber a importância da instituição familiar para o desenvolvimento da criança com NEE's. A partir daí nasceu o interesse de fomentar esta discussão no contexto escolar. Assim, foi dividida com a família a ideia de realizar um projeto no interior da escola para que eles pudessem compartilhar a sua experiência com outras famílias. Esta iniciativa possibilitou um diálogo acerca da inclusão e um retorno positivo no tocante às práticas inclusivas realizadas nesta escola. Tais práticas serão discutidas posteriormente na análise dos dados.

Sabendo da reciprocidade da família em participar de ações que envolvam questões de inclusão escolar/social, convidei-a para participar desta pesquisa, que, como já era previsto, aceitou com grande satisfação. A única condição estabelecida pela mesma era que não gostaria de se expor através de vídeo ou áudio, e teve o seu pedido aceito. Assim, foi planejada a melhor forma de coletar as informações que enriqueceriam a análise.

Inicialmente, a fonte de dados explorados foi a sala de aula, sendo todas as anotações realizadas no caderno de campo. As observações executadas neste espaço, durante todo o percurso da pesquisa, propiciaram enxergar com clareza as oportunidades de avanço disponibilizado para Joana, levando em consideração as suas singularidades, fornecendo elementos acerca da aprendizagem que serão discutidos nas análises dos dados.

No decorrer do estudo foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, uma com os familiares, mais especificamente a mãe, outra com a professora regente, e a última com a pedagoga, além da elaboração de questionário, o qual foi respondido pelos três personagens citados acima e pela professora especialista. As entrevistas seguiram o modelo de dinâmica conversacional, sendo esta a principal ferramenta de coleta de dados utilizados nesta pesquisa. A seguir será exposto um cronograma que facilitará o entendimento do caminho percorrido por esta busca de fatos.

Quadro 1 – Período de construção do conhecimento.

	Procedimentos de Construção de Dados (2010)	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	Observação em sala de Aula	X	X	X	X
2	Dinâmica conversacional	X	X	X	X
3	Entrevista Semiestruturada				X
4	Aplicação de Questionários				X

Como demonstra o Quadro 1, as observações do contexto escolar e, mais especificamente, da sala de Joana, tiveram início no mês de setembro do ano 2010, concomitantemente com a dinâmica conversacional realizada com os personagens desta pesquisa. Em dezembro do mesmo ano foi aplicado aos participantes do estudo questionários acerca da problemática estudada, sendo que o mesmo foi de grande importância para o planejamento dos temas a serem abordados na entrevista semiestruturada no mesmo mês, e contaram com a colaboração dos mesmos personagens citados acima.

As entrevistas com a professora regente e com a pedagoga ocorreram no mesmo dia, porém em momentos diferentes. Para a realização destas utilizamos o horário de planejamento (PL) e tiveram duração aproximadamente de uma hora cada. Já com a família foi agendado o melhor dia para que ela pudesse participar, onde foi utilizado também o horário de PL da pesquisadora para o atendimento da família. Esta entrevista também durou em torno de uma hora. Com relação ao questionário, foi entregue para que os participantes respondessem em casa com mais tranquilidade e foi estipulado um prazo de cinco dias para que estes fossem devolvidos, o qual foi respeitado pelos colaboradores. Na devolução, os personagens relataram que os temas do questionário vinham ao encontro de suas angústias, ajudando-lhes a analisar as situações/ações abordadas nas perguntas. No que tange à dinâmica conversacional,

perpassou todo o período da pesquisa, ocorrendo nos momentos de reuniões, festas, passeios, dentre outros momentos que contribuíram para o levantamento de informações.

3.7 – Procedimentos de Análise dos Dados

A análise teve início com a triangulação dos dados e em seguida foi feita uma tabulação com as informações coletadas, que foram reunidas e agrupadas em categorias que serão utilizadas para análise, como forma de facilitar a sua interpretação. Das análises dos dados foram levantados os temas que nortearam a nossa discussão, dentre eles: preconceito ao deficiente existente na escola; inclusão escolar; participação dos pais e diálogo entre escola/família; oportunidades de desenvolvimento que estão sendo oferecidas para Joana; e o olhar que os participantes da pesquisa têm sobre a potencialidade da mesma, além de outros aspectos que poderão compor os resultados pela sua relevância e pertinência. O gráfico e as análises serão demonstrados no capítulo de resultados. Vale ressaltar que os dados que compõem o gráfico foram levantados através das respostas do questionário. Neste, os participantes tiveram que julgar em uma escala de zero a dez os temas abordados. Este gráfico serviu como ponto de referência para análises realizadas com os dados obtidos nos outros instrumentos utilizados nesta pesquisa.

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção analisaremos os dados através de categorias que foram construídas após a triangulação das informações, tendo por finalidade ir ao encontro dos objetivos traçados nesta pesquisa. Tais dados obtidos foram organizados em quatro temas: (1) Os olhares acerca da Inclusão de Joana; (2) Diálogo entre escola e família; (3) A Importância da qualificação do profissional; e (4) Concretização da inclusão. Definidos os pontos que nortearão as discussões, começaremos a exploração dos resultados com a apresentação dos dados obtidos no questionário, presentes no Gráfico 1, que serviram para enxergarmos com mais clareza as ideias dos personagens envolvidos nesta pesquisa. Para melhor entendimento do gráfico é importante saber que o mesmo corresponde a uma escala de 0 a 10, onde o primeiro representa um olhar negativo e o segundo um olhar positivo, acerca das questões abordadas pelo questionário.

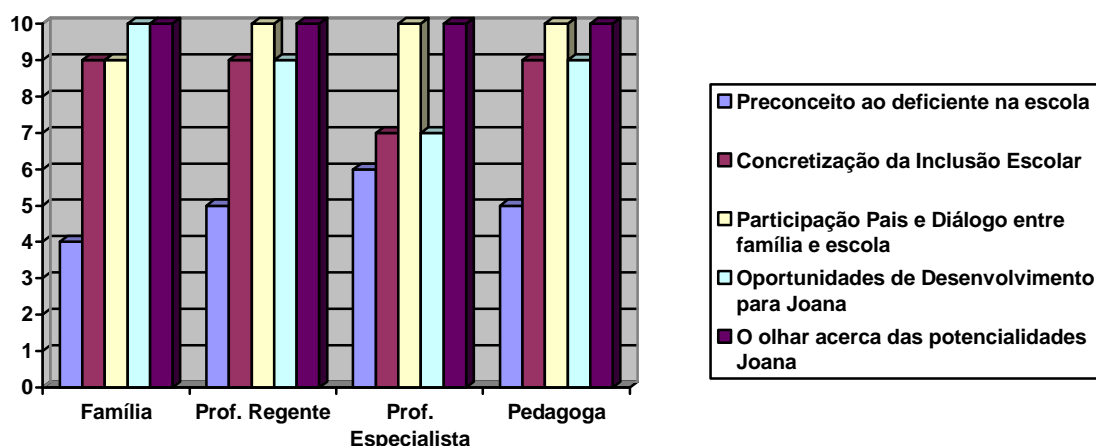


Gráfico 1 - Os olhares acerca da inclusão de Joana.

O gráfico acima nos traz informações relevantes a respeito dos aspectos do contexto escolar que têm influenciado no processo de inclusão de crianças com deficiência neste espaço. Assim, com o auxílio desta ferramenta, começaremos a apresentar os resultados organizados nos quatro temas citados acima. Vale ressaltar que tal gráfico foi desmembrado e colocado em cada tema trabalhado como forma de melhorar a visualização dos dados.

4.1 – Os diferentes olhares acerca da Inclusão de Joana

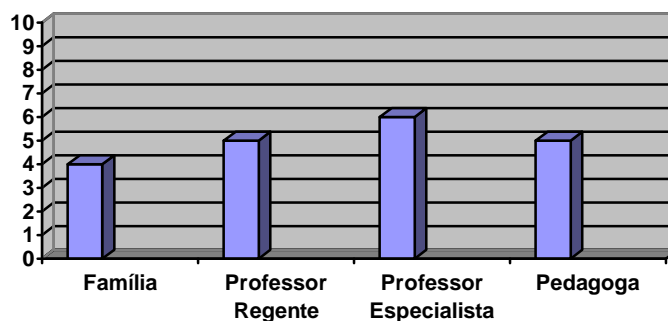


Gráfico 2 - Preconceito ao deficiente na escola.

O processo de inclusão de uma criança com deficiência no ambiente escolar é marcado por vários sentimentos de angústias, medo e coragem para enfrentar o desconhecido, sendo estes sentidos tanto pela criança que está ingressando na escola como também pela família e profissionais que estarão envolvidos diretamente com o aluno. Neste momento, o olhar que estes personagens têm sobre a inclusão e as possibilidades de desenvolvimento da criança deficiente poderão ser cruciais para o sucesso deste movimento. Assim, as análises dos dados possibilitaram enxergarmos alguns olhares do contexto escolar que podem favorecer ou prejudicar o processo de inclusão de Joana.

4.1.1 – A Percepção de Barreiras ao processo de Inclusão escolar: preconceito ou falta de informação

O espaço escolar é cercado por diversos olhares dos personagens que compõem este cenário. Como todo sujeito é único e a seu olhar sobre o ambiente está intrinsecamente ligada sua cultura, faz-se necessário analisar o que de concreto existe nesta cultura escolar, se existe preconceito. Neste caso, estamos entendendo este conceito como uma aversão à entrada e permanência da criança com deficiência no cotidiano escolar. Por outro lado, o que pode existir é uma falta de informação acerca da importância do cotidiano escolar para as crianças com NEE's, tendo em vista que o movimento da inclusão não foi amplamente esclarecido e divulgado para a sociedade. Saad (2003, p. 70) enfatiza que “a atitude preconceituosa, por ser excludente, elimina as possibilidades de desenvolvimento maior do sujeito e até de perceber-se como cidadão”.

Quando pensei em colocar a Joana na escola, alguns familiares amigos ficaram preocupados com a recepção que ela teria... Aconselharam-me a colocá-la na APAE, que segundo eles era o melhor lugar para Joana (Dinâmica conversacional com Geni, 13/09/2010).

Durante o período de observação e de acordo com as análises dos dados construídos, observou-se que ainda existe um “tabu” acerca da inclusão por parte da comunidade escolar. Ao analisarmos o Gráfico 2 que, como foi explicado, corresponde ao questionário respondido pelos colaboradores desta pesquisa, podemos enxergar claramente como cada um concebe a questão do preconceito ou da falta de informação no cotidiano escolar, conforme trechos das justificativas dadas à pergunta sobre preconceito na escola do questionário:

Às vezes sinto nas reuniões e em outros momentos em que os pais estão presentes, eles ficam com receio da Joana, com medo dela machucar as outras crianças, mas os professores conversam, explicam, e eles ficam mais calmos. Este é o único momento na escola, que eu sinto algum preconceito por parte das pessoas, por isso dei nota 4 (Geni, Questionário, Dezembro, 2010).

Infelizmente, ainda existe muita falta de informação sobre a inclusão, sobre a importância deste contexto no desenvolvimento das crianças com Necessidades Educativas Especiais. Observo este fato, mas não sei dizer até ponto é desconhecimento do assunto ou preconceito, pois em algumas dinâmicas com os pais, eles, em muitos casos não interagem com Geni, e isso se reflete no cotidiano da sala de aula, quando algumas crianças não interagem com a Joana, dizendo que ela é feia e estranha. O que é mais estranho é escutar essas coisas de crianças de quatro ou cinco anos, é preciso começar a conscientizar desde cedo (Neli, Questionário, Dezembro, 2010, grifo nosso).

No contexto escolar é possível observar muita falta de informação acerca da inclusão, como também, desinteresse em querer saber desse assunto. Sendo muito cômodo criticar a permanência de Joana neste espaço. E essa visão triste não se concentra apenas em algumas famílias que compõem este espaço, mas também, em profissionais que deveriam estar em sentido contrário a estas ideias. A nota 6 atribuída no questionário, se deu não por conta de algumas professores desta escola serem contra o trabalho na escola comum com criança deficiente, tendo uma postura altamente preconceituosa (Pesquisadora, Questionário, Dezembro, 2010).

Vejo que a inclusão ocorre de forma satisfatória nesta escola. Mas ainda enfrenta alguns desafios como preconceitos por parte de alguns profissionais da escola como também, de algumas famílias. **Mas com muito trabalho, podemos colaborar para que estas pessoas que não são sensíveis ao processo de inclusão, possam perceber a importância deste movimento** (Pedagoga, Questionário, Dezembro, 2010, grifo nosso).

De acordo com Saad (2003) “a existência de mitos, de preconceitos historicamente construídos e a precariedade das informações ou conhecimentos referentes às potencialidades das pessoas com SD, constituem fatores que dificultam sua participação na sociedade (p. 58)”. Fernandes (2010) complementa relatando que:

As pessoas com deficiência muito sofreram ao longo da história com discriminações e rotulações. Não estamos negando que esta situação, seja pela falta de informação ou por preconceito deixou de existir. Mas que devido as suas lutas e conquistas, a pessoa com deficiência vem ocupando cada vez mais os espaços que atitudes que outrora não lhes eram permitido, ou seja, qualquer espaço social, inclusive as escolas e o direito de aprender e conviver em sociedade.

4.1.2 – Ideias acerca das possibilidades de desenvolvimento de Joana

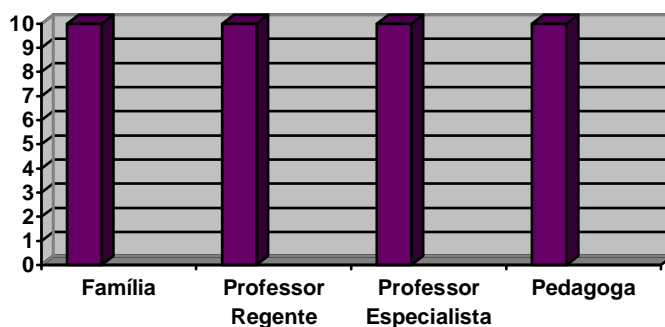


Gráfico 3 - O olhar acerca das potencialidades de Joana.

Geralmente quando chega uma criança deficiente na escola, o primeiro pensamento dos profissionais é sobre as suas limitações. É feita a anamnese, a família é questionada sobre o que a criança não consegue fazer e quais são as suas necessidades, mas estes questionamentos normalmente não vêm acompanhados de perguntas tais como: o que ela sabe, quais são as suas habilidades, interesses. Isto ocorre porque na maioria dos casos já está impregnado o paradigma de que crianças com deficiência não tem condições de evoluírem e só vêm para a escola para a socialização. Contrariamente a esta ideia se deu a entrada e permanência de Joana nesta escola pesquisada, pois de acordo com as análises, neste caso a inclusão buscou oferecer condições para que Joana tivesse as mesmas oportunidades de

desenvolvimento propiciadas às outras crianças, respeitando suas especificidades. Desta forma, para entendermos melhor o desenvolvimento observado em Joana, exploraremos os resultados dos dados acerca das concepções das possibilidades da aluna pelos personagens da pesquisa.

Em uma conversa informal, Geni relata que acredita no potencial da filha e que por isso oferece a Joana tudo o que está ao seu alcance, para que a mesma evolua e que esteja preparada para viver e participar da sociedade. Esta concepção de Geni foi crucial para o avanço da filha, pois, como afirma Gil (2005, apud SILVA, 2007, p. 30), “uma atitude positiva dos pais em relação à participação e as potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social”.

Coloquei Joana para fazer equoterapia, natação, balé, tudo para que ela tenha a oportunidade de ter uma vida comum, porque acredito de todo o meu coração na grande possibilidade de desenvolvimento dela (Geni, Questionário, dezembro, 2010).

Já a professora regente, também em uma conversa informal, confessa que teve mais facilidade em trabalhar com Joana por também ser professora de Educação Especial. Segundo ela, desde que ficou sabendo que iria trabalhar com a turma de Joana, acreditou que a criança teria um bom desenvolvimento, porque acredita que ela tem grandes possibilidades de avanço.

Joana, não estava conseguindo participar de um teatro para o dia das crianças na turma, sentia dificuldade de entender o que a professora queria, as outras crianças pediram que colocasse outra criança no lugar de Joana. **Mas a professora regente foi persistente acreditou que Joana poderia realizar aquela tarefa**, continuando o ensaio com ela. No dia da apresentação para todos os alunos da escola, Joana apresentou perfeitamente, o que aumentou o interesse da professora em fazer que sua aluna supera-se os seus limites (Caderno de observação, 11/12/2010, grifo nosso).

A professora Especialista, de acordo com o Gráfico 3, também acredita nas possibilidades de desenvolvimento de Joana, justificando a nota dada no questionário através do trecho a seguir:

Joana tem todas as condições de desenvolvimento. **Pois em primeiro lugar tem uma família que acredita no seu avanço, e que busca fornecer a esta criança os meios necessários para o isso ocorra.** Em segundo lugar, a mesma já adquiriu habilidades importantes para o desenvolvimento como um todo, não apresentando muita diferença de avanço com relação à crianças de sua mesma faixa etária. Acredito que todo esse sucesso de Joana esteja relacionado com olhar (positivo) que os personagens envolvidos neste

processo tiveram acerca de suas possibilidades de desenvolvimento (Pesquisadora, Questionário, dezembro, 2010, grifo nosso).

A pedagoga também acreditou nas possibilidades da aluna, interagindo com a família, a professora regente e a especialista, buscando levantar alternativas para ampliar as oportunidades oferecidas no ambiente escolar.

A pedagoga chamou a professora regente e especialista para saber sobre as intervenções com Joana, propondo atividades como: amarelinha, dança da cadeira, telefone sem fio... Como forma de desenvolver novas competências na criança (caderno de observação, 20/10/2010).

No que tange ao desenvolvimento de Joana, as falas dos participantes da pesquisa são semelhantes, não existindo divergência digna de nota. Todos perceberam a evolução tanto no âmbito da aprendizagem quanto no comportamental. Grande foi o conhecimento adquirido, mas o mais contundente foi a aprendizagem do alfabeto e o reconhecimento de seu nome e algumas palavras, como animais, frutas... Já o segundo aspecto citado foi observado no relacionamento com os outros colegas e professores, demonstrando noções de limites e aceitação às regras da escola, pois até o ano passado ela tinha muita dificuldade em seguir a rotina da escola. Com relação ao avanço de Joana, os dados revelam que superou as expectativas dos participantes da pesquisa.

Fiquei muito feliz com o desenvolvimento de Joana, todos na família elogiam a sua inteligência, e **acho que passaram a enxergá-la com outros olhos** (Geni, Dinâmica Conversacional, 14/10/2010, grifo nosso).

Assim, de acordo com os dados analisados neste contexto específico da pesquisa, os personagens participantes desta demonstraram um olhar sensível e otimista em relação às possibilidades de desenvolvimento de Joana.

A partir deste momento serão discutidos os resultados que convergiram com o segundo objetivo traçado pela investigação. Estes, como já mencionados anteriormente, foram frutos de um intenso trabalho de análise e interpretação dos dados, que culminaram nos seguintes temas: formação de professor, concretização da inclusão escolar, concepções sobre o atendimento escolar e, por fim, fatores que desfavorecem a inclusão escolar. A abordagem destes nos permitiu abarcar as inquietações presentes neste segundo objetivo

4.2 – Diálogo entre Escola e Família

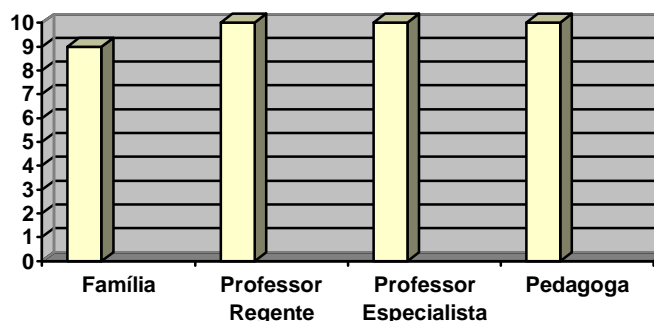


Gráfico 4 - Participação dos pais e diálogo entre família e escola.

Como já foi mencionada em outros momentos, a pesquisa buscou perceber a influência que o olhar dos personagens que estão envolvidos no processo de inclusão de uma criança com necessidades educativas especiais tem, podendo causar efeitos positivos ou nocivos no desenvolvimento da mesma. Ademais, como a interação entre escola e família pode contribuir para a construção de um ambiente favorável à aquisição de conhecimento. Nesta perspectiva, a seguir demonstraremos os resultados obtidos no estudo em relação à percepção da importância da relação escola/família entre os participantes desta investigação. O gráfico acima foi utilizado para auxiliar a percepção acerca do diálogo entre escola e família pesquisada, sendo importante ressaltar que nem sempre o que os profissionais falam correspondem às suas ações, como identificados nos outros instrumentos de pesquisa.

4.2.1 – A percepção da importância da interação escola/família no processo de desenvolvimento da criança

Segundo as respostas do questionário, a participação/interação da família no cotidiano escolar ocorre de forma satisfatória, uma vez que há um diálogo constante e produtivo entre estes personagens. Na entrevista semiestruturada, ao serem questionados sobre a importância do diálogo entre escola e família para o sucesso da inclusão, os participantes das entrevistas relataram:

Sem dúvida nenhuma a interação com família é fundamental no processo de desenvolvimento de qualquer criança, principalmente das que apresentam alguma necessidade educativa especial, pois precisamos da ajuda e

colaboração dos pais para alcançarmos as metas estabelecidas para as crianças. No caso da criança especial, a parceria com os pais é fundamental, pois podemos trocar ideias, planejar alternativas de desenvolvimento para as crianças... Às vezes os pais têm conhecimentos sobre a criança que podem nos ajudar na elaboração de intervenções. **Precisamos dialogar constantemente com os pais, assim, talvez, diminuiremos as barreiras que o processo de inclusão enfrenta no cenário escolar** (Entrevista Semiestruturada com a Pedagoga 10/12/2010, grifo nosso).

Eu acredito que a inclusão de crianças especiais na escola regular é muito bom, e traz bons resultados para as crianças. Mas os pais devem estar presentes neste espaço, colaborando e ajudando o professor. O professor não tem como fazer tudo sozinho, precisamos da ajuda dos pais, para que possa continuar o trabalho que nós fazemos na escola. **A interação com a família nos traz novas ideias e alternativas para que possamos trabalhar com a criança.** É muito bom quando encontramos pais atuantes na escola e preocupados com o desenvolvimento de seus filhos (Entrevista Semiestruturada com a Professora regente, 10/12/2010, grifo nosso).

Eu acho que é muito importante os pais de crianças especiais frequentarem as escolas porque a gente tem que saber como as crianças estão sendo tratadas, se está sendo maltratada... Porque a gente sabe que tem muitas escolas que as crianças ficam abandonadas e os professores tratam elas como invisíveis. **Então, eu venho todo dia na escola e participo de todas as reuniões... Eu acho que se eu não me preocupar com minha filha, ninguém vai.** Por isso, faço questão de saber e participar de tudo que a escola pede (Entrevista Semiestruturada, com a mãe, 17/12/2010, grifo nosso).

As respostas dos sujeitos acima convergem com as ideias de Buckley e Bird (1998, apud LUIZ, 2008, p. 502) sobre a importância da interação entre escola/família. Os autores relatam que “o papel dos pais e o seu bom relacionamento com a escola são de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho”. Ainda sobre o gráfico apresentado, ele nos mostra que a participação da família de Joana ocorre de forma efetiva e eficaz no contexto estudado. Logo em seguida serão expostos através das análises quais os fatores que levaram os personagens a chegarem a este resultado.

4.2.2 – Concepções acerca da qualidade da interação escola/família

No Gráfico 4 pôde-se perceber a concepção dos participantes da pesquisa acerca da qualidade da participação dos pais no contexto escolar e como esse diálogo entre escola e família contribuiu para o desenvolvimento observado em Joana. A partir deste resultado

percebido é interessante retomar as ideias de Pereira e colaboradores (2007, apud LUIZ et al., 2008, p. 506), já discutidas no referencial teórico, por corroborar os resultados obtidos:

A família e a escola apresentam papéis complementares no processo de desenvolvimento da criança e, nesse sentido, o apoio e o envolvimento da família na escola podem propiciar à criança com síndrome de Down os avanços necessários ao seu desenvolvimento.

Nesta perspectiva é possível identificar algumas ações que podem ter colaborado para que os entrevistados enxergassem a dinâmica entre estas instituições citadas de qualidade. O cenário educacional pesquisado desenvolve inúmeras atividades envolvendo a comunidade escolar, tendo como finalidade a aproximação entre escola/família/comunidade. Desta forma, os pais são convidados a comparecer à escola periodicamente. Dentre as atividades desenvolvidas podemos citar: Dia da Família; Plantão Pedagógico; Festa Junina; Feira Cultural; e Dia das Crianças. Todas estas ações são realizadas em parceria com as famílias, sendo momentos privilegiados para aprimorar o diálogo existente entre estas e a escola.

Há uma grande satisfação dos pais em participarem dos momentos junto com seus filhos na escola. Conversam com os professores, tiram dúvidas, comentam suas angústias, colaborando para que a professora regente tenha maior conhecimento acerca da realidade de uma determinada criança, podendo buscar alternativas que ajude as necessidades daquela criança (Caderno de observação, 17/09/2010).

Com relação à interação entre a escola e a família de Joana, esta ocorre, de acordo com as análises, de forma satisfatória, pois ambas demonstram interesse em propiciar o desenvolvimento da criança citada. A família, mais especificamente a mãe de Joana, participa de todas as atividades programadas para a família, além de utilizar um meio de diálogo oferecido pela escola que corresponde ao agendamento para conversar com o profissional que desejar, sendo que o mais comum é a solicitação de encontros com a professora regente e a pedagoga.

Gostei muito desta escola, sinto que Joana é bem acolhida por todos. Tenho condições de saber o seu desenvolvimento. **Sempre que precisei conversar com as professoras, fui bem atendida, tirei minhas dúvidas, e contribuí com o que eu sabia**, principalmente o que os médicos já tinham me orientado (Dinâmica Conversacional com Geni, 14/10/2010, grifo nosso).

Uma característica marcante do contato entre estas instituições é a reciprocidade do respeito, percebida pelos participantes da pesquisa. Nessa relação, professores e familiares conversam e trocam experiências, buscando entender a melhor forma de atender às necessidades de Joana.

Geni, no Plantão Pedagógico, relatou que Joana tinha mais facilidade em se concentrar quando escutava música. A professora regente utilizou esta sugestão da mãe na aula seguinte e percebeu que realmente Joana ficava mais calma e prestava mais atenção nas atividades com o rádio ligado (Caderno de observação, 03/09/2010).

Nesta perspectiva, todos os instrumentos utilizados nesta investigação apresentaram respostas favoráveis no que tange ao relacionamento percebido entre a escola e a família da criança pesquisada, contribuindo para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento de Joana.

4.2.3 – Constância, frequência e tempo: elementos que qualificam um diálogo

Para chegarmos a um resultado de um diálogo de qualidade foi preciso analisar os dados da pesquisa que mostrassem elementos que confirmassem esta característica dada ao diálogo entre escola e família no contexto pesquisado. Desta forma, termos como constância, frequência e tempo destinados à dinâmica de interação entre os personagens da pesquisa também foram objetos de análises da pesquisadora.

A escola que serviu de palco para a pesquisa apresenta uma característica favorável para que ocorra o diálogo entre as instituições citadas acima, uma vez que se revela aberta à comunidade, enaltecendo a colaboração das famílias no cotidiano da escola como forma de trazer os pais para participarem da vida escolar dos seus filhos, “colocando pais e professores em sintonia para garantir efetividade do processo de aprendizagem” (ARAÚJO, 2007, p. 29).

Esta interação entre escola/família ocorria de modo informal e também formal. Na primeira, os pais conversavam com os professores na hora da entrada, saída, no ponto de ônibus, nas festas realizadas na escola, nas ações desenvolvidas pela instituição escolar para receber a comunidade (feira cultural, dia da família, momento criança, entre outras), buscando se manter em constante diálogo com os pais, como forma de estreitar as relações entre escola e família.

Os pais chegam para trazer os filhos e aproveitam do pouco tempo, em média uns 10 minutos, para conversar com a professora regente sobre o rendimento do filho. Tem pais que todos os dias perguntam a mesma coisa à professora. Dependendo da resposta, alguns dizem que vão colaborar, conversando com o filho em casa (maioria), outros dizem que não sabem mais o que fazer com o filho (minorias) (Caderno de observação, 22/09/2010, grifo nosso).

Com relação aos momentos destinados ao diálogo formal com os pais, encontra-se o Plantão Pedagógico. Neste, como já explorado anteriormente, os pais comparecem à escola para saber sobre o desenvolvimento de seus filhos. Ocorre normalmente em um período quadrimestral, no mesmo horário do dia letivo, isto é, das 7 às 12 horas. O atendimento ocorre por ordem de chegada e o tempo de cada pai varia com a necessidade de diálogo com a professora.

O Plantão Pedagógico é muito importante para a troca de informação e diálogo entre os pais e a escola. **Pois os pais, conhecendo as dificuldades dos filhos, podem colaborar**, por exemplo, ajudando o filho em casa, ou até mesmo levando ao médico. O problema é que muitos pais não podem comparecer nestes momentos por causa do trabalho (Dinâmica Conversacional, parafraseando a pedagoga, 21/12/2010, grifo nosso).

Outro momento formal e importante para que pais e professores interajam neste cotidiano escolar é o agendamento para diálogo. Neste, o pai que sente a necessidade de conversar com maior regularidade, em pequenos intervalos de tempo, pode agendar na secretaria da escola um dia para dialogar com o educador. Assim, a escola se organizará e colocará outro profissional na sala enquanto o professor estará atendendo à família agendada. Vale ressaltar que o professor também pode tentar agendar um momento com os pais de crianças que necessitem de maior atenção.

Os pais que mais deveriam vir na escola, são os que nunca comparecem. Mandam as crianças pelo transporte escolar, e nem respondem os bilhetes enviados pela agenda. **Já os pais que estão todo dia na escola, é mais fácil perceber as dificuldades dos filhos e ajudá-los** (Entrevista Semiestruturada com a professora regente, 10/12/2010, grifo nosso).

Nesta perspectiva, infere-se que o resultado da qualidade do diálogo entre a escola e família da criança pesquisada pode ser explicado pela presença dos fatores citados acima no contexto da pesquisa.

4.2.4 – O diálogo na perspectiva da parceria em prol do desenvolvimento do aluno

Como já podemos perceber pelos diversos discursos que compõem esta pesquisa, o diálogo entre escola e família se coloca como essencial para o processo de desenvolvimento do aluno. Diniz (2008) reflete que “nesse sentido é preciso considerar a importância da participação da família e a interação entre o professor e aluno como agentes fundamentais no processo ensino-aprendizagem (p. 19)”. Nesta perspectiva, a instituição escolar deve prover alternativas para que os pais tenham acesso ao cotidiano da escola, podendo acompanhar e participar da educação de seus filhos.

A Unidade de Educação Infantil, palco da pesquisa, busca dialogar com os pais, a melhor maneira de participar e contribuir para o aumento das capacidades e habilidades de seus filhos. Para tal, o mais importante recurso desta escola é o agendamento feito pela escola, pois tanto famílias quanto professores podem expor claramente as dificuldades reveladas com a criança e ambos têm a possibilidade de intervir rapidamente como forma de minimizar as situações contrárias à aprendizagem sentidas por este aluno. Ademais, tal agendamento pode ocorrer a qualquer tempo, sem precisar aguardar por ações que ocorrem em períodos distantes.

Desde quando Joana entrou nesta escola, já fui chamada várias vezes para reunião com as professoras dela, sempre para conversar sobre a falta de disciplina de Joana. Explicavam-me que apesar de ser Síndrome de Down, ela precisava de limites, e que eu tinha que continuar o trabalho que elas faziam na escola. Eu gostei da ajuda, porque hoje Joana não é mais tão indisciplinada. As professoras que já deram aula para ela elogiam muito a sua mudança. Eu também percebi grande mudança no seu comportamento (Dinâmica Conversacional com Geni, 14/10/2010).

No diálogo entre escola e família como promovedor de oportunidades de desenvolvimento dos alunos, a agenda do estudante também é um instrumento importante, pois os professores escrevem para os pais quando estes por vários motivos não tem condições de comparecerem à escola. Nesta, os professores, além de mandarem bilhetes sobre os eventos que ocorrerão na escola, também pedem aos pais que intensifiquem em casa as atividades que estão sendo trabalhadas na sala de aula. Desta forma, além dos pais serem informados do conteúdo do aprendizado de seus filhos também podem contribuir com este conhecimento. De acordo com Carneiro (2010), escola e família devem unir-se para apoiar e dar subsídio para atuação das mesmas, participando efetivamente em prol do desenvolvimento

da criança. Pela pertinência do assunto, cabe retomar as palavras de Carneiro (2010, p. 98) feita no referencial teórico:

A escola não pode assumir sozinha a responsabilidade educacional dos alunos, a família deve estar presente no processo de escolarização de seus filhos. No caso da criança com deficiência a participação da família torna-se fundamental, pois cada troca de informação, experiência e conhecimento, pode favorecer o trabalho escolar com as crianças e beneficiar a convivência dela com seus amigos e familiares dentro e fora da escola. Assim, o trabalho nesta modalidade poderá tornar-se uma atividade conjunta, na medida em que as escolas atrair as famílias para dentro delas criando laços de confiança de participação de forma ativa e colaborativa e a família mostrar-se sensível a esta parceria.

Na realidade, a agenda do estudante é uma regra da própria Secretaria de Educação. Esta é importante para dialogarmos com pais que por causa do trabalho não tem condições de estar vindo na escola. **Mas, este instrumento não é tão eficaz, se comparado com os resultados que obtemos com a proximidade dos pais no cotidiano escolar.** Um exemplo, é a frustração das crianças que os pais não comparecem aos eventos da escola, ficam muito tristes e com a auto-estima baixa. Acredito que isto possa atrapalhar o seu desenvolvimento. Já as crianças que os pais vem prestigiar os seus trabalhos, como teatro, dança, entre outros, demonstram muita satisfação com a presença deles. Apresentando maior confiança para realizar a atividade. Os pais precisam saber que as crianças da Educação Infantil não têm maturidade para entender que eles precisam trabalhar. Quando ocorre uma atividade na escola, que as crianças veem os pais dos outros coleguinhas, começam a chorar, acredito que isto pode culminar em problemas emocionais, que podem servir de barreira para o desenvolvimento desta criança (Dinâmica Conversacional, parafraseando a pedagoga, 21/12/2010, grifo nosso).

Todo o desenvolvimento observado em Joana é fruto de um trabalho coletivo da equipe escolar que contou com a participação constante da família (mãe) na escola. Não foram poucas as vezes que recorremos à família para nos auxiliar, como também, para continuar o trabalho de intervenção iniciado na escola. **Com certeza, sem o engajamento da família nesta caminhada, não teríamos alcançados os resultados que obtivemos.** Se todos os pais tivessem essa conscientização, que a mãe de Joana demonstra, teríamos menos problemas tanto na questão educacional, quanto comportamental, fatores tão presentes na escola, e que na grande maioria das vezes resulta no fracasso escolar (Caderno de observação, 21/12/2011, grifo nosso).

Diante do exposto, infere-se que a família só se sentirá capaz de participar e colaborar no contexto educacional se a escola abrir seus portões para a comunidade e se for respeitada em suas singularidades (deficiência, cultura, raça, crença, escolaridade), ou seja, ser enxergada como um sujeito que tem muito a contribuir no processo de desenvolvimento do seu filho. Desta forma, havendo respeito mútuo entre estas duas instituições que são as

principais fontes de oportunidades para construção de conhecimento e desenvolvimento de um indivíduo, ocorrerá também um diálogo de qualidade que corroborará para o aumento das possibilidades de desenvolvimento da criança, sendo esta relação de harmonia e parceria percebida no diálogo entre escola e família de Joana.

4.3 – A percepção da importância da qualificação profissional para atuar em uma Escola Inclusiva

A primeira colaboradora a falar sobre a qualificação para o professor trabalhar com crianças deficientes foi a professora regente, que até então estava satisfeita com o rumo da entrevista, mas, quando iniciamos este tema, não poupou críticas. Neli começou a falar sobre o total descaso que a Secretaria de Educação tem com os professores, relatando que simplesmente “jogaram” as crianças na escola e nem se preocuparam em fornecer cursos para que os professores pudessem se preparar para receber esta demanda.

Sem formação não tem como atender crianças especiais, porque precisamos saber como lidar com elas, saber de suas necessidades, como podemos planejar atividades que ao encontro de suas demandas. Só que todo o conhecimento que tenho foi eu que busquei e paguei caro. Porque a Secretaria de Educação não me deu suporte nenhum (Professora regente, Entrevista semi- estruturada, 10/12/2010).

Como já discutido no referencial teórico, retomo as ponderações de Ferreira e colaboradores (2010, p. 220) sobre a importância do conhecimento para a prática do professor com o aluno com Síndrome de Down:

[...] Assim, a concepção sobre linguagem, desenvolvimento, interação, quando adotada de forma distorcida e/ou fragmentada, carente, reflete diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem proposto ao aluno com Síndrome de Down.

A pedagoga também criticou a forma como a Secretaria de Educação conduziu o processo de inclusão na escola, uma vez que não qualificou os profissionais para trabalhar com estas crianças.

Enfrentamos muitos obstáculos na entrada das crianças aqui na escola, pois alguns professores se recusaram a aceitar estas crianças na sala, me deixando

em uma situação difícil perante os pais. **No início foi muito difícil, pois a Secretaria de educação não deu suporte, e tivemos que agüentar as reclamações tanto dos professores, quanto das famílias.** Agora lutamos pelas formações continuadas, pois sabemos a importância desta para a nossa atuação na escola (Pedagoga, Entrevista semiestruturada, 10/12/2010, grifo nosso).

No que tange à percepção da família com relação à importância da qualificação do professor para trabalhar em uma escola inclusiva, Geni relatou que deve ser muito difícil para o professor estudar para atender todas as deficiências que estão na escola, mas que os governantes e políticos devem ajudar, porque as crianças precisam deste cuidado.

Acho que os professores desta escola são bem preparados para atender as crianças com alguma dificuldade, porque eles atendem muito bem a Joana. Acho que elas devem fazer muitos cursos (Geni, Entrevista semiestruturada, 17/12/2010).

A qualificação do professor é de fundamental importância em qualquer modalidade de ensino, principalmente para atuar com crianças deficientes, por necessitar de um conhecimento sólido das limitações e possibilidades da criança para então propor as intervenções necessárias. De acordo com Silva (2008) a “inclusão depende das respostas que a escola é capaz de organizar, as quais serão mais eficazes se houver formação que ajude o corpo docente a ponderá-las (p.480)”.

Vejo que muitos profissionais não têm o conhecimento necessário para trabalhar com as singularidades das crianças, sendo esta situação mais evidente na relação com os que apresentam alguma dificuldade que fuja do padrão de normalidade estabelecido pelo educador. Assim, passando a rotular tais crianças, enaltecendo suas limitações e esquecendo suas possibilidades de desenvolvimento. Talvez com a formação continuada estes educadores passassem a enxergar a criança e não a sua deficiência (Pesquisadora, Caderno de observação, 02/12/2010).

4.4 – A concretização da Inclusão no contexto escolar: realidade ou utopia

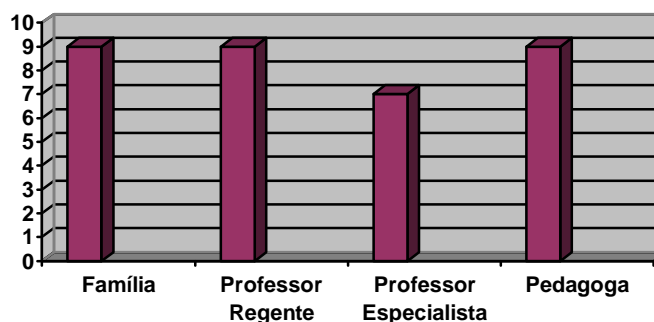


Gráfico 5 - Concretização da Inclusão Escolar.

O gráfico acima nos traz informações dos personagens da pesquisa acerca da concretização da inclusão no contexto escolar do estudo, pois sabemos que a inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais esbarra em várias barreiras para que se concretize no contexto escolar. No entanto, vale ressaltar que “naqueles cenários onde foi efetivada, a inclusão tem se tornado benéfica para as crianças portadoras da SD, embora haja muitos desafios a serem superados” (LUIZ et al. 2008, p. 507). Nesta escola investigada não foi diferente, apesar de ser composta por grupo de profissionais que em sua maioria já reconhece a importância da convivência na escola desta criança para o seu desenvolvimento. A falta de recursos materiais, incentivos e distanciamento entre a Secretaria de Educação e a escola são alguns entraves percebidos através das análises dos dados que dificultam a legitimação da inclusão escolar.

4.4.1 – Concepções acerca da melhor forma de atender a criança deficiente na escola

No que se refere ao tipo de atendimento que melhor atenderia às necessidades das crianças com deficiência, algumas concepções dos colaboradores se assemelham e outras se distanciam. Ambas as ideias foram exploradas nesta categoria para que não fique dúvida de que forma os participantes enxergam a melhor maneira de realizar o atendimento na escola.

A mãe de Joana acredita que para o bom atendimento são necessários professores que gostem de trabalhar com crianças, que sejam carinhosas. Acho que deveria ser um professor por criança, para ajudá-la a realizar todas as atividades. É preciso também ter muita paciência, porque criança igual à Joana dá muito trabalho (Entrevista semiestruturada, 17/12/2010).

A professora regente, em uma conversa informal, desabafa que ainda há muito que se fazer para que a inclusão deixe de ser uma utopia e se concretize no contexto escola. A mesma acredita que precisa começar através da conscientização das pessoas para que diminua o grau de discriminação percebido hoje. Também comenta que “para que a criança seja bem atendida ela precisa ser percebida como parte integrante do grupo, ajudando-a a interagir com os colegas e ampliar esses momentos de trocas de informações entre elas, que é muito rico na questão do desenvolvimento da criança especial” (Paráfrase de Neli, Caderno de observação, 15/12/2010).

A qualidade do atendimento à criança especial depende do interesse dos pais em participar das atividades proposta pela escola. Também necessita de recursos humanos preparados para trabalhar com estas crianças, que possa oferecer as intervenções que vai ao encontro de suas dificuldades. Vejo que a utilização de recursos lúdicos e tecnológicos ajudaria na qualidade do atendimento, como também, intervenções coletivas e individuais, como ocorrem aqui na escola. Acho que conseguindo realizar estas ações, já é o início de uma boa caminhada para se alcançar um atendimento de qualidade (Entrevista semiestruturada, com a Pedagoga, 10/12/2010, grifo nosso).

A qualidade do atendimento à criança com deficiência é resultante da união de vários fatores, dentre eles: participação dos pais, trabalho em equipe, recursos humanos e materiais que deem suporte para as intervenções necessárias e parceria com as instituições superiores, neste caso a Secretaria de Educação, como forma de subsidiar as propostas de trabalho levantadas na realidade escolar. Durante esta pesquisa foi possível perceber, e os dados também comprovaram, que apesar da busca incessante da escola por uma inclusão de qualidade faltam elementos fundamentais para que isto ocorra, mas que fogem a alçada da escola, portanto sendo mais difícil de serem alcançados.

4.4.2 – Inclusão: realidade ou utopia / Fatores que desfavorecem o processo de Inclusão Escolar

Durante a realização da investigação, foi possível observar fatores que vinham de encontro aos pressupostos defendidos pela inclusão. Nos momentos de dinâmicas conversacionais, os colaboradores da pesquisa também desabafavam as suas angústias e frustrações no que concerne à Política de Inclusão da Secretaria de Educação para qual trabalhamos. Nas entrevistas e nas justificativas do questionário, o sentimento de frustração também se intensificava.

Apesar de a escola pesquisada buscar efetivar a inclusão no cotidiano escolar e, devido a este fator, se justificarem as avaliações boas dos personagens da pesquisa, no tocante à concretização da inclusão de Joana na rotina escolar, como pode ser percebido no Gráfico 5, existem lacunas ainda a serem preenchidas. Tais falhas ficarão expostas nos desabafos dos participantes, como veremos a seguir:

A Secretaria de educação mandou as crianças especiais para a escola, e não deu capacitação para os professores, agiu com falta de respeito tanto com os educadores, quanto com a família e a criança especial. Na minha opinião esta é a maior falha da inclusão, pois para podermos ajudar a criança precisamos conhecer a sua necessidade. Além disso, as crianças que necessitam de cuidados higiênicos, não tem ninguém para limpá-las. No ano de 2009, colocaram uma criança com Hidrocefalia na minha sala, e eu tinha que descer e subir a rampa segurando ele, e controlando o restante da turma. Também não tinha ninguém para limpá-lo, tinha que largar a turma sozinha e ir fazer a higiene da criança. A professora especialista tinha mais alunos para atender, e quando ficava com a criança também se dividia entre fazer os cuidados higiênicos e os pedagógicos. Cansei de reclamar com a diretora, mas ela pedia na Secretaria de Educação uma pessoa para auxiliar esta criança, mas eles não mandavam. **O ano de 2009 foi de grande frustração, pois percebi que estamos sozinhos nesta luta, que infelizmente, matriculam as crianças especiais nas escolas comuns, mas não dão suporte para que professor e aluno possam desenvolver os seus papéis com qualidade e dignidade** (Entrevista Semiestruturada com a professora regente, 10/12/2010, grifo nosso).

Esta fala da professora regente vai ao encontro do pensamento de Saad (2003) que, ao refletir sobre o processo de inclusão, comenta que “esta não se efetiva por imposição, mas por ações que possibilitem sua viabilidade e pelas disposições das pessoas em aceitar a diversidade como condição inerente à sociedade (p. 75)”.

Quando falamos em Inclusão escolar, as lacunas que se apresentam são muitas, mas a falta de preparo para as pessoas trabalharem com essas crianças, e a falta de suporte da Secretaria, são os que mais dificultam a efetivação da inclusão. Pois necessitamos de recursos pedagógicos, de formação continuada para os professores, de auxiliares para ajudar na higiene com as crianças, **a escola não consegue trabalhar sozinha** (Entrevista semiestruturada com a pedagoga, 10/12/2010, grifo nosso).

Acho que uma falha da inclusão é não colocar uma pessoa para acompanhar a Joana, quando a professora especialista não está na escola. **Porque Joana ainda não consegue realizar as atividades sozinhas, e a professora regente não tem condições de ajudar a todas as crianças.** Até porque eu sei que Joana dá muito trabalho, ela não para quieta. Quando a professora especialista está ela faz todas atividades certinha e, aprende muito (Entrevista Semiestruturada com Geni, 17/12/2010, grifo nosso).

Em conformidade com as angústias dos personagens acima, Lacerda (2006, p. 168), como já citado no referencial teórico, também faz ponderações acerca das lacunas apresentadas pela Política de Educação Especial, discorrendo:

A fragilidade das propostas de inclusão residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja a formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.

A inclusão da criança no contexto escolar não pode se basear somente na entrada e permanência desta na escola, pois acima disto encontra-se a verdadeira meta deste movimento, que é o de oportunizar condições igualitárias para que todas as pessoas se desenvolvam independente de suas singularidades. Jurdi e Amiralian (2006), como já citado anteriormente, defendem que “não basta colocar o aluno do portão adentro da escola, delegando um espaço físico dentro da sala de aula. É preciso que a escola viabilize formas de atendimento a esta população (p. 192)”. Tendo este horizonte a perseguir, temos que lutar para que as lacunas “abertas” sejam “fechadas”. Para tal, precisamos conscientizar e sensibilizar a comunidade para esta causa. Assim, conseguiremos mobilizar um grande número de pessoas que queiram juntar-se à luta, como também conseguiremos engrossar as vozes e seremos escutados pela Secretaria de Educação e por todos que compõem o lado contrário a esta caminhada (Caderno de observação, pesquisadora, 21/12/2010).

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por finalidade analisar de que forma as concepções dos personagens envolvidos no processo de inclusão acerca das possibilidades da criança deficiente pode influenciar no processo de desenvolvimento da mesma. Ademais, observar como se dava o diálogo entre escola e família numa dinâmica de inclusão de uma criança com Síndrome de Down no contexto escolar e como esta interação poderia intervir no desenvolvimento da aluna.

Partindo das discussões anteriormente expostas, podemos inferir que tanto a família quanto os personagens envolvidos diretamente na inclusão de Joana na escola possuíam olhares otimistas com relação às possibilidades de desenvolvimento da mesma, desta forma colaborando para a existência de um diálogo satisfatório e de qualidade entre escola e família, culminando na obtenção de seu objetivo, isto é, propiciando condições para o avanço da criança.

A investigação também constatou que a forma como a família enxerga as possibilidades do filho vai ser crucial não só para o desenvolvimento da criança como também para a qualidade do diálogo que esta manterá com a escola, pois verificou-se que a crença de Geni na possibilidade de avanço de Joana fazia a mesma participar com interesse e entusiasmo de todas as ações da escola, colaborando para que as professoras (regente e especialista) também fossem contagiadas pelo desejo da mãe em oferecer à filha todas as oportunidades de desenvolvimento promovidas pela escola. Verificou-se também que a qualidade da interação entre escola e família neste estudo foi resultado de ações da instituição escolar, que tem como finalidade trazer para o cotidiano escolar a família, propondo parceria com pais que resultará no sucesso do desenvolvimento das crianças.

Através dos dados analisados constatou-se que, apesar da escola buscar desenvolver uma prática inclusiva que tenha como parâmetro o atendimento ao deficiente de forma digna e de qualidade, esta vem sofrendo com os obstáculos existentes neste contexto. Indubitavelmente, dentre os mais difíceis de serem superados nesta instituição encontram-se a falta de investimento contínuo em formação para os docentes e de recursos humanos e materiais que auxiliem na prática do professor. Neste sentido, vale ressaltar que estes elementos citados como entraves ao processo de inclusão são de responsabilidade da Secretaria de Educação (SE), a qual, como demonstrada nos resultados, foi alvo de críticas

por não possibilitar as condições necessárias para que a inclusão fosse legitimada nesta escola.

No que tange à formação continuada dos professores desta escola, vale retomar a fala de Geni, justificando a boa atuação das professoras com Joana: “elas devem fazer muitos cursos”. Realmente esta afirmação está correta, muitos dos professores desta escola participam de cursos à noite depois do dia inteiro de trabalho, sendo estes custeados pelos mesmos, pois a Secretaria de Educação a qual trabalhamos raramente oferece cursos, palestras, ou outros momentos que favoreçam a aquisição e trocas de conhecimentos. A preocupação da SE se resume em cumprir a quantidade de 200 dias letivos para os alunos, em detrimento da qualidade de atendimento que é ofertada aos mesmos.

Gostaria de concluir observando que as literaturas pesquisadas por esta investigação indicaram que as crianças incluídas na escola regular de ensino obtiveram um avanço superior quando comparadas com as que frequentaram as instituições de Educação Especial. Por isto faz-se necessário investir nos pressupostos da inclusão, fornecendo condições para que esta ocorra em sua plenitude, dando suporte para que venha a atingir suas metas, isto é, possibilitar a todos os sujeitos, independente de suas peculiaridades, oportunidades de desenvolverem suas habilidades e competências juntamente com seus pares no cotidiano escolar.

Neste sentido, espero que este trabalho possa contribuir ou estimular o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da inclusão, enaltecendo temas como o olhar dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão acerca das possibilidades de desenvolvimento da criança deficiente e a importância do diálogo entre escola e família no tocante ao desenvolvimento da criança, por serem fatores que determinarão o tipo de inclusão e a oportunidade de desenvolvimento ao qual será a criança será exposta.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. S.; DELGADO, I. C.; VASCONCELOS, M. L. **O desenvolvimento da linguagem escrita em crianças com Síndrome de Down**. Revista Prolíngua, Paraíba, 2008. Disponível em: www.revistaprolingua.com.br/.../o-desenvolvimento-da-linguagem-escrita-em-criancas-com-sindrome-de-down.pdf . Acesso em: 14/01/2011.

ARAÚJO, M. V. **Concepções de professores de escolas públicas do Ensino Fundamental I da Cidade de São Paulo em relação à inclusão de crianças com síndrome de Down**. Cadernos de Pós-Graduação em distúrbios do desenvolvimento, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 21-33, 2007. Disponível em: [www.mackenzie.br/.../CONCEPCOES_DE PROFESSORES DOWN.pdf](http://www.mackenzie.br/.../CONCEPCOES_DE_PROFESSORES_DOWN.pdf) . Acesso em: 25/01/2011.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação Continuada de Professores**. Brasília, MEC/SEE, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: A fundamentação filosófica**. Brasília. MEC/SEE, 2004.

_____. Ministério da Educação. Educação Infantil. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BISSOTO, M. L. **O Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down**: revendo concepções e perspectivas educativas. Revista Ciências & Cognição, São Paulo, v. 4, n. 2. p. 80-88, fev. 2005. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org> . Acesso em: 14 jan. 2011.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf . Acesso em: 13/09/2011.

CAPELLINI, F. L. M.; MENDES, E. G. **Formação continuada de professores para a diversidade**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 597-615, set./dez. 2004.

CARNEIRO, K. C. O. **O processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down na Educação Infantil**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2010. Disponível em: www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/.../carneiro_kco_me_arafcl.pdf . Acesso em: 25/01/2011.

COSTA, M. I. **A família com filhos com necessidades educativas especiais**. Revista Millenium, n. 30, p. 74-100, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/444> . Acesso em: 14/01/2011.

CUNHA, F. V. et al. **Impacto da notícia da Síndrome de Down para os pais: histórias de vida.** Ciência e Saúde coletiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 445-451, 2010. Disponível em: www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/.../SAUDE/85.pdf . Acesso em: 14/01/2011.

DRAGO, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão.** Vitória: Aquarius, 2007.

DRAGO, Rogério; RODRIGUÊS, P. S. **Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento da criança no processo educativo: algumas reflexões.** Revista FACEVV, Espírito Santo, n. 3, p. 49-56, 2009.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf> . Acesso em: 13/01/2011.

DINIZ, A. C. D. **O processo de Inclusão da criança com Síndrome de Down em contextos escolares diferenciados.** 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) – Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena/MG, 2008. Disponível em: www.unipac.br/bb/teses/csadm20081-4.pdf . Acesso em: 25/01/2011.

FERNANDEZ, V. L. F. **Educação Física (Adaptada) e Políticas Educacionais de Inclusão: Contexto.** Revista Digital, Bueno Aires, a. 15, n. 149, out. 2010. Disponível em: www.efdeportes.com/.../educacao-fisica-adaptada-e-politicas-educacionais-de-inclusao.htm . Acesso em: 17/02/2011.

FERREIRA, D. R. S.; FERREIRA, W. A.; OLIVEIRA, M. S. **Pensamento e linguagem em crianças com síndrome de Down**: um estudo de caso da concepção das professoras. Ciências & Cognição, Macapá, v. 15, n. 2, p. 216-227, 2010. Disponível em:

www.cienciasecognicao.org/pdf/v15_2/19_216-227_m357.pdf. Acesso em: 14/01/2011.

FILHO, E. A. O. **Síndrome de Down (Trissomia do Cromossomo 21)**. Disponível em:

<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?393>. Acesso em: 13/01/2011.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. F. S. **As políticas públicas e as formações continuadas de professores na implementação da inclusão escolar no município de Cariacica**. 2008. 352 f. Tese (Doutor em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2008.

GUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v.22, n. 2, mai/ago. 2006. Disponível em:

www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf. Acesso em: 12/01/2011.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

JERUSALINSK, A.; PAÉZ, S. M. **Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento**. IN Escritos da criança, n.6, Centro Lydia Coriat, p. 15-22, Porto Alegre/RS, 2001.

JURDI, A. P. S.; AMIRALIAN, M. L. T. **A inclusão escolar de alunos com deficiência mental**: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. Estudos de Psicologia, Campinas, v.23, n. 2, p. 192-202, abr./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n2/v23n2a09.pdf . Acesso em: 13/01/2001.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos**: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em: 13/01/2011.

LIMA, O. M. B. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, síndrome de Down, no ensino superior**: um estudo de caso. 2007. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre. 2007.

LIMA, S. C. et al. **Síndrome de Down**: estudo exploratório da memória no contexto da escolaridade. Ciências & Cognição, Natal, v. 14, n. 2, p.35-46, 2009. Disponível em: www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_2/m120_09.pdf . Acesso em: 14/01/2011.

LUIZ, F. M. R. et al. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino**: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 14, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413...script... . Acesso em: 25/01/2011.

MACHADO, P. C. **A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos**: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular. 2002. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MACIEL, C. E. **Discurso de inclusão e política educacional**: uma palavra, diferentes sentidos. InterMeio, Campo Grande, MS, v.15, n. 30, p. 32-54, jul./dez.2009.

MACIEL, D. A.; BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. 280p.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 33. p. 387- 559, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/> > Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial**. Brasília: Integração, 2002.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOGILKA, M. **Educação, desenvolvimento e cosmo**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 363-377, 2005.

MOREIRA, L. M.; EL-HANI, C. N.; GUSMÃO, F. A. **A Síndrome de Down e sua patogênese**: considerações sobre o determinismo genético. Revista Brasileira de Psiquiatria,

Salvador, v. 22, n. 2, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v22n2/a11v22n2.pdf .

Acesso em: 14/01/2011.

PRADO, M. B. et al. **Acompanhamento nutricional de pacientes com Síndrome de Down atendidos em um consultório pediátrico.** O Mundo da Saúde, Salvador, v. 33, n. 3. p.345-346, 2009. Disponível em: www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/69/335a346.pdf . Acesso em: 14/01/2011.

PEYERL, A. T.; ZYCH, A. C. **A inclusão educacional dos surdos e seus desafios.** Revista Eletrônica Lato Sensu, Paraná, a. 3, n. 1, mar. 2008. Disponível em < <http://www.unicentro.br> – Ciências Humanas> Acesso em: 20/01/2011.

PEREIRA, J. D.; RAMALHETE, R. **A inclusão de uma criança deficiente no contexto escolar: o olhar da família.** 2008. 41 f. Monografia (Especialização Lato Sensu em Educação) – Centro de estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa, Vitória/ES, 2008.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

Disponível em:

www.familiaeducadora.com.br/.../POLONIA_Ana_Cosa.DESSEN_Maria_Auxiliadora-Compreendendo_as_relacoes_entre_familia_escola.pdf . Acesso em: 25/01/2011.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T.; MOREIRA, W.W. **Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física.** Revista Brasileira de Educação Especial,

Marília, v. 14, n. 2, mai./aug. 2008. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413...script=sci... . Acesso em: 20/01/2011.

RIBEIRO, M. L. S. **Perspectivas da escola inclusiva**: algumas reflexões. In: CASTRO, A. M. et al. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

RINALDI, Renata; REALI, Aline; COSTA, Maria. **Educação especial e formação de professores**: onde estamos... para onde vamos? Horizontes, v.25, n.1, p.87-98, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.saofrancisco.edu.com.br/.../educacao/.../horizontes/>> Acesso em: 20/01/2011.

RODRIGUES, A. J. **Contextos de aprendizagem e integração / inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. In: CASTRO, A. M. et al. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SAAD, S. N. **Preparando o Caminho da Inclusão**: Dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 9, n. 1, p. 57-78, jan./jun. 2003. Disponível em:

www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/.../6saad.pdf . Acesso em: 17/02/2011.

SANT'ANA, I.M. **Educação inclusiva**: concepção de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005. Disponível em:

www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf . Acesso em: 25/01/2011.

SANTANA, R. S. **Ressignificação da prática pedagógica**: aprendizagem do número em uma perspectiva inclusiva. 2010. 226 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 2007. 324p.

SILVA, D. **A importância da família na inclusão escolar de pessoas com síndrome de Down**. 2007. 62 f. Monografia (Especialização Lato Sensu em Inclusão) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/ PR, 2007. Disponível em: www.reviverdown.org.br/monografia%20Divair.pdf . Acesso em: 25/01/2011.

SILVA, M. O. E. **Inclusão e Formação Docente**. EccoS - Revista Científica, São Paulo, v. 10, n.2, p. 479-498, jul./dez.2008.

SILVA, N. C. B. et al. **Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil**. Temas em psicologia, São Paulo v.16, n.2, p. 215-229, 2008. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol16n2/v16n2a06rs.htm> . Acesso em: 14/01/2011.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. **Deficiência mental e família**: Implicações para o desenvolvimento da criança. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v.17, n. 2, mai./aug. 2001. Disponível em: www.biblioteca.universia.net/html_bura/.../546008.html . Acesso em: 14/01/2011.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. J. **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla**: Concepções de Pais e Professores. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.22, n.

1, p. 79-88, 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102...script... . Acesso em: 07/12/2010.

SILVEIRA, L. L. **Um estudo sobre a interação mãe-criança com síndrome de Down.** 2007. 68 f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2007. Disponível em: www.pospsi.ufba.br/Lusirose_Silveira.pdf . Acesso em: 14/01/2011.

SOUZA, T. Y.; BRANCO, A. M.; OLIVEIRA, M. C. **Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano:** Aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, Brasília, v. 20, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/04.pdf . Acesso em: 12/01/2011.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SUDAN, L. C.; CORRÊA, A. K. **Práticas educativas de trabalhadores da saúde:** vivência de graduandos de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 61, n. 5, set./out. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/reben/v61n5.pdf . Acesso em: 12/01/2011.

UNESCO; MEC. **Interação escola-família:** Subsídios para práticas escolares. Brasília. Organizado por Jane M. Castro e Marilza Regattieri. Brasília, 2009.

VASH, C. L. **Enfrentando a deficiência:** a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo: Pioneira, USP, 1988.

VALENTE, M. R. O. **Programa de Avaliação dos Processos Cognitivos da leitura no Síndrome de Down**. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2009. Disponível em:
https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1558/.../dm_mariavalente.pdf . Acesso em 14/01/2011.

VIEIRA, V. A.; TIBOLA, F. **Pesquisa qualitativa em marketing e suas variações: trilhas para pesquisas futuras**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 9, n. 2, abr./jun. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415...script=sciattext . Acesso em: 12/01/2011.

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Pi
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: Coleta de Dados para Monografia

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursistaJANAINA DELFINO PEREIRA
GUILHERME.....

sob orientação,...RAQUEL SOARES DE SANTANA.....

cujo tema é: ..CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO
DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores
esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **CRANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas (gravadas em áudio) com os professores no intuito de). Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda doUAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim ()

Não Concorda com a gravação em audio? (...) Sim (...) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre *CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA*. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa ___observações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSÃO, ETC e, ainda, entrevistas com a família e professores no intuito de aprimorar o atendimento ofertado as crianças com NEEs. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Para isso, solicito sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone .(27) 3139-5013 ou no endereço eletrônico janainaccg@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Janaina Delfino Pereira Guilherme

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
realizado pelo Instituto de Psicologia - UAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) _____

neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

D – Questionário Individual (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão



CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

PARTICIPANTES: Família (mãe) / Profª. Regente / Profª. Especialista/ Pedagoga

Pesquisadora: Janaina Delfino Pereira Guilherme

QUESTIONÁRIO PARA RESPONDER INDIVIDUALMENTE.

Nas situações abaixo você deverá julgar em uma escala de 0 à 10, onde o 0 representa um olhar negativo e o 10 positivo, os fenômenos relacionados à criança pesquisada no contexto escolar, assim como, justificar a sua resposta.

- 1) No contexto Educacional é possível observar alguma atitude preconceituosa com relação às crianças deficientes que frequentam este espaço? Analise levando em consideração a vivência de Joana neste espaço.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Justificativa:

- 2) Em sua opinião, nesta escola ocorre a concretização da Inclusão Escolar?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Justificativa:

3) Como você analisa a participação da família de Joana na escola e o diálogo entre estas?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Justificativa:

4) Como você analisa as oportunidades de desenvolvimento oferecidas para Joana pela escola?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Justificativa:

5) De que forma você enxerga as possibilidades de desenvolvimento de Joana?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Justificativa:

Muito obrigada pela colaboração!

E – Entrevista Semiestruturada – (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão



CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PARTICIPANTES: Família (mãe) / Profª. Regente / Pedagoga

Pesquisadora: Janaina Delfino Pereira Guilherme

- 1) Como você concebe a importância da interação/relação entre escola e família no processo de desenvolvimento da criança? Faça considerações acerca da participação da família de Joana.
- 2) De que forma você enxerga o processo de Inclusão de Crianças deficientes no contexto escolar?
- 3) Quais as oportunidades de interação que a escola proporciona aos pais? Estes geralmente aproveitam estas oportunidades?
- 4) Em sua opinião, quais são as barreiras existentes no contexto escolar que dificultam a plena inclusão da criança com Necessidades Educativas Especiais neste espaço?
- 5) Neste período de inclusão de Joana é possível observar avanços no desenvolvimento (social/aprendizagem) dela? Cite exemplos.
- 6) Em sua opinião os professores estão preparados para trabalhar com as crianças com Necessidades Educativas Especiais?
- 7) Pontue alguns pontos positivos e negativos da Inclusão escolar de crianças deficientes, observados por você.

